

**Universidade de Brasília**

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

**Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo**

**MIRIAM DE LOURDES ALMEIDA**

# **A CIDADE DE PIRENÓPOLIS E O IMPACTO DO TOMBAMENTO**

**BRASÍLIA  
2006**

**MIRIAM DE LOURDES ALMEIDA**

**A CIDADE DE PIRENÓPOLIS E O IMPACTO DO TOMBAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof.<sup>o</sup> Dr. Andrey Rosenthal Schlee

**BRASÍLIA**

**2006**

ALMEIDA, Miriam de Lourdes. *Pirenópolis e o impacto do tombamento*  
Brasília, 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Curso de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo,  
Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Andrey Rosenthal Schlee  
Defesa 23/11/06

Através do estudo da morfotipologia urbana de Pirenópolis este trabalho pretende analisar as alterações ocorridas na cidade após o processo de tombamento dos bens patrimoniais, e da implantação do turismo como nova modalidade econômica.

**A CIDADE DE PIRENÓPOLIS E O IMPACTO DO TOMBAMENTO**

**MIRIAM DE LOURDES ALMEIDA**

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Andrey Rosenthal Schlee  
Universidade de Brasília

---

Dra. Adriana Mara Vaz  
Universidade Católica de Goiás

---

Dra. Sylvia Ficher  
Universidade de Brasília

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço ao professor e orientador Dr. Andrey Rosenthal Schlee, pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa, aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos, e aos funcionários da secretaria da PPG-FAU pelo apoio institucional e pelas facilidades oferecidas,

Aos amigos e conterrâneos, Mirim e Peixoto que gentilmente cederam fotos que em muito enriqueceram este trabalho. E João Guilherme e Caroline pelo incentivo e apoio.

Às amigas Luiza e Ângela pela amizade e companheirismo.

*“Pelas ladeiras tortuosas, lajeadas, vêem-se as casas antiquadas uma a uma enfileiradas...”*

*Isócrates de Oliveira*

**SUMÁRIO GERAL**

Lista de Figuras ..... III

Lista de Tabelas ..... IV

**INTRODUÇÃO** .....01

**CAPÍTULO I: ARRAIAL DE MEYA PONTE, CIDADE DE PIRENÓPOLIS**

Situação Geográfica .....06

Retrospectiva histórica: descoberta e colonização local .....08

A economia da mineração .....11

A economia agrícola .....12

Pirenópolis: Configuração morfo-tipológica .....16

Pirenópolis: formação e evolução da arquitetura .....33

A Marcha para o Oeste e a fundação de Goiânia .....44

O advento de Brasília .....48

**CAPÍTULO II: PATRIMÔNIO, TOMBAMENTO E LEGISLAÇÃO**

Patrimônio .....56

Tombamento .....	61
A legislação de tombamento em Pirenópolis .....	62
Outras leis municipais .....	68
PORTARIA Nº. 02 DE 1º DE JUNHO DE 1995 .....	70
 <b>CAPÍTULO III: O TURISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS</b>	
Turismo .....	106
O impacto do turismo na comunidade local .....	118
Perfil Sócio econômico de Pirenópolis .....	125
Crescimento urbano associado ao turismo .....	127
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	

**LISTA DE FIGURAS****CAPÍTULO I**

1. Mapa ilustrativo. Localização geográfica .....	07
2. Vilas, arraiais do ouro, caminhos .....	13
3. Vista do largo da Matriz .....	15
4. Detalhe da Igreja do Carmo e da ponte de Madeira, vendo-se ao fundo a casa do Frota .....	20
5. Rua Direita, década de 1930. ....	23
6. Primeiro mapa da cidade - expedição Cruls .....	25
7. A estalagem como era, e como chegou ao século XX .....	26
8. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos .....	30
9. Igreja de Nossa Senhora do Carmo .....	31
10. Casa típica dos primeiros tempos .....	36
11. Tipos Construtivos .....	37
12. Casa no largo da Matriz. Construção do século XVIII – planta quadrada .....	39
13. Casa de esquina. Rua Direita. Construção do século XVIII – planta em “L” .....	40
14. Casa de porta e janela Rua Direita. ....	41
15. Vista da Rua do Rosário, fim do séc. XIX .....	43
16. Casa Rua Direita, 1978 .....	46

17. Panorâmica da cidade de Pirenópolis tirada durante vôo, 1940 .....	47
18. Foto aérea da cidade de Pirenópolis, 1966 .....	49
19. Superposição das fotos aéreas de 1966 e 2005 .....	51
20. Panorâmica tirada do alto do Morro do Frota, 1976 .....	53
21. Interior de uma residência. Década de 1970 .....	55

## **CAPÍTULO II**

1. Mapa da cidade em 2002 .....	64
2. Ponte pênsil sobre o rio das Almas, 1978 – 2005 .....	67
3. Mapa da cidade - perímetro tombado e a área do entorno .....	71
4. Avenida Sizenando Jayme, década de 1970 e em 2005 .....	72
5. Rua Benjamin Constant, década de 1970 e no ano 2005 .....	73
6. Mapa do perímetro tombado - anexo II da Legislação de Tombamento .....	74
7. Rua do Bonfim. década de 1970 e em 2006 .....	76
8. Praça do Coreto, década de 1970 e em 2006 .....	77
9. Residência de esquina, Rua Direita, década de 1970 e em 2005 .....	78
10. Edificação à margem do rio das Almas próxima a ponte de madeira e Construção à margem do córrego Lava-pés .....	79
11. Residência, Rua Pireneus Residência, Beco da Piteira .....	80
12. Rua Nova .....	81
13. Residência em frente à Igreja Matriz, na década de 1930 e em 2006 .....	82

14. Residência em frente ao antigo largo do Rosário, década de 1970 e no ano de 2005 .....	83
15. Detalhe da corrente em residência em frente ao antigo largo do Rosário, no ano 2005 .....	83
16. Residência ao final da Rua Direita, década de 1970 e em 2005 .....	84
17. Residência Rua Nova, década de 1970 e no ano 2006 .....	85
18. Detalhe: madeiramento do telhado e telhas; Detalhe de forro com “ventilador”, década de 1970 .....	86
19. Detalhe do forro e duto do ar condicionado, cinema, 2006 .....	86
20. Rua Aurora, 2005, 2006 .....	87
21. Rua Santa Cruz, década de 1970 .....	88
22. Rua do Bonfim, década de 1970 .....	89
23. Comércio, Rua do Rosário, e rua do Bonfim ano 2006 .....	90
24. Residência, Rua Santa Cruz ano 2000 e julho/2006 .....	91
25. Residência, Rua Santa Cruz agosto/2006 .....	92
26. Rua Direita, década de 1970 e ano 2006 .....	93
27. Praça Emanuel Jayme Lopes, década de 1970 .....	94
28. Rua Nova, década de 1970 março/2006 .....	95
29. Rua Nova, julho/2006. Foto: da autora .....	95
30. Rua Pireneus, dezembro/2005 e junho/2006 .....	96
31. Construções novas, Rua do Bonfim, ano 2006 .....	97
32. Edificação mista à Rua Direita, década de 1970 e ano 2005 .....	98
33. Rua do Rosário, ano 2006 .....	99

34. Rua do Carmo, ano 2006 .....	101
35. Rua do Bonfim – década de 1970 e ano 2006 .....	102
36. Rua do Campo década de 1970 e ano 2006 .....	103

### **CAPÍTULO III**

1. Imóvel tombado na Avenida Paulista .....	107
2. Praça do Coreto, domingo à tarde, 2006 .....	109
3. Lixo às margens do Rio das Almas, proximidades da ponte, centro histórico .....	110
4. Procissão do Imperador, Festa do Divino, 1972 .....	113
5. Grau de satisfação com o patrimônio local .....	114
6. Grau de motivação dos turistas .....	115
7. Tipos de atividades realizadas pelos turistas .....	116
8. Períodos de visitação .....	117
9. Moradores nas Janelas de Pirenópolis década de 1970 .....	119
10. Namoradeiras enfeitam as janelas de Pirenópolis .....	120
11. Casa colonial à venda na Rua Direita .....	121
12. Construção recente, Rua Pireneus .....	123
13. Construção recente, Rua do Bonfim .....	123
14. Equipamentos urbanos .....	129
15. Avenida Sizenando Jaime domingo à tarde .....	130

16. Rua do Rosário domingo à tarde e terça-feira 10 horas da manhã. 2005 .....	132
17. Residência não identificada, década de 1970 .....	134
18. Edificação do século XXI, Rua Pireneus, centro histórico .....	136

## **CONCLUSÃO**

1. Imagem aérea de Pirenópolis, 2005 .....	139
2. Construção do século XXI, Rua Pireneus, centro histórico .....	141
3. Detalhe de edificação do século XXI, Rua Pireneus, centro histórico .....	142

**ÍNDICE DE TABELA**

**CAPÍTULO III**

Tabela 1. Perfil sócio econômico de Pirenópolis .....126

## RESUMO

---

### RESUMO

A posição geográfica, e a paisagem urbana que encontramos em Pirenópolis, fundada em 1727, no auge da mineração, somado aos vários ciclos que a cidade atravessou, estampam em sua arquitetura contemporânea imagens fragmentadas do tempo áureo da então Vila de Meia Ponte, e que ocasionou o seu tombamento pelo IPHAN em 1989,

Os bens patrimoniais representam uma ponte entre o passado e o presente e é indiscutível a necessidade de conservação deste patrimônio cultural. Quando a edificação a ser preservada é constituída de um monumento isolado, é maior a aceitação embora em uma região de grande especulação imobiliária se apresente como um empecilho para a construção vertical, impedindo o lucro fácil. O mesmo não ocorre quando a intervenção se faz em um conjunto urbano, atingindo a propriedade individual, onde a demanda de transformação ocorre paralela às necessidades do cotidiano. E geralmente, estes passam a integrar planos turísticos, como instrumento de inserção social com a possibilidade de uma determinada sustentabilidade econômica.

O contato do turista com a localidade visitada é efêmero e superficial, e raramente se estabelece um vínculo permanente com o lugar não havendo por isso qualquer compromisso pessoal, com a sua preservação física ou ambiental. Entre os fenômenos causados pelo turismo em uma cidade tombada, além do processo inevitável da **gentrificação** decorrente da alteração dos preços no setor imobiliário, podemos constatar em Pirenópolis o **fachadismo**, e a **espetacularização** decorrentes do objetivo de compor ambientações que possam ser mais facilmente identificáveis pelo turista com a criação de espaços cenarizados para o lazer.

## ABSTRACT

---

### ABSTRACT

The geographic position, and the urban landscape that we find in Pirenópolis, established in 1727, in the height of the mining, added to the some cycles that the city crossed, they print in its architecture contemporary fragmented images of the golden time of then the Village of Half Bridge, and that it caused its register for the IPHAN in 1989,

The capital assets represent a bridge between the past and the gift and are unquestionable the necessity of conservation of this cultural patrimony. The when construction to be preserved is constituted of an isolated monument, is bigger the acceptance although in a region of great real estate speculation if it presents as one empecilho for the vertical construction, hindering the easy profit. The same it does not occur when the intervention if makes in an urban set, reaching the individual property, where the transformation demand occurs parallel to the necessities of the daily one. E generally, these start to integrate tourist plans, as instrument of social insertion with the possibility of one determined economic sustentabilidade.

The contact of the tourist with the visited locality is ephemeral and superficial, and rare a permanent bond with the place is established not having therefore any personal commitment, with its physical or ambient preservation. It enters the phenomena caused by the tourism, beyond the inevitable process of “**gentrification**” decurrent of the alteration of the prices in the real estate sector, we can evidence in Pirenópolis “**facadesm**”, e “**spetacularization**” decurrent the objective to compose ambientações that can be more easily identifiable for the tourist with the creation of spaces cenarizados for the leisure.

## **INTRODUÇÃO:**

---

No mundo moderno, com a velocidade das aquisições de novas tecnologias, é impossível negar a mudança em um organismo vivo como as cidades. Como consequência, a conservação do Patrimônio como uma simples evocação estática do passado passa a ser questionável e encarada como uma idéia saudosista – que implica na conservação intacta do tempo e suas lembranças.

Outras vezes, as formas de recuperação urbana moldadas às características geográficas e culturais de cada região, cedem ao desejo de um progresso acelerado aonde a indústria do turismo e do consumo vem alterar os traços originais da cidade.

E neste enfrentar de uma realidade onde as variáveis temporais do passado e do presente se cruzam, é que devemos vislumbrar uma solução, pois a cidade é um organismo vivo e suas tradições não devem ser vistas simplesmente como um espetáculo que se repete mecanicamente. Não podemos deixar de perceber o dinamismo que existe por traz das manifestações **dos segmentos populares**, onde as crenças e tradições perpetuam por gerações e gerações, a cultura e a alma de um **povo e que formam o patrimônio material e imaterial da nação**.

Sob esta ótica destacamos a importância de compreender e registrar os resultados das experiências de tombamento realizadas, pois poucos são os casos no Brasil, que já foram analisados. Entre estes podemos citar a do Pelourinho, em Salvador (Bahia) e a do Bairro do Recife, no Recife (Pernambuco).

Com o intuito de contribuir para as pesquisas nesta área, o presente trabalho tem como objetivo estudar o impacto do tombamento na cidade de Pirenópolis (Goiás).

Para tanto, aborda a formação e conservação da malha urbana da época de sua fundação, no século XVIII, traçando um panorama dos principais fatos e acontecimentos históricos que geraram a formação da cidade em suas características social, cultural, política e econômica, situada no contexto da região e do país. E por fim, estabelece uma comparação da malha urbana existente até o período que antecedeu ao tombamento do perímetro urbano, em 1989, e as alterações ocorridas com a implantação e desenvolvimento do turismo – analisando o tombamento, a ação governamental, a legislação, as conseqüências, e mudanças decorrentes deste processo.

Como instrumental básico para conhecer a tipologia arquitetônica nesta análise reflexiva sobre o procedimento de conservação, sob um exame da legislação do tombamento, e dos procedimentos que nortearam a proteção das características do núcleo histórico além da utilização de fontes bibliográficas que tratam do tema, e da comparação da malha urbana através do exame de mapas urbanos e alguns gráficos, nos fartamos do uso da fotografia, como material básico para a exposição e explanação do tema.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, que discorrerão sobre:

### **Capítulo I:**

**SITUAÇÃO GEOGRÁFICA** – Sob a perspectiva da Geografia, articular um estudo básico da paisagem e dos valores sócio ambientais da região, fazendo uma descrição sucinta do sítio geográfico, da biodiversidade e dos fatores ambientais que compõe a cidade e seu entorno, além da situação geográfica em relação à região a qual pertence e sua malha viária, a fim de compor a cidade no contexto de seu aspecto físico, e as influências do mesmo à apropriação do turismo.

**HISTÓRIA** - A intenção deste capítulo é proporcionar ao leitor um panorama dos principais fatos e acontecimentos históricos que geraram a formação da cidade para podermos situá-la no contexto do país e ao momento que antecedeu ao processo do tombamento. Um estudo das condições políticas, econômicas e sociais de cada período compreendidos no espaço de tempo da

sua fundação até o final do século XIX e que constituiu a base para análise da formação do núcleo urbano.

Os subtítulos sintetizam os momentos mais marcantes do processo histórico que forjaram o perfil socioeconômico da cidade. Pois a história de Pirenópolis pode ser estudada a partir de três momentos principais: a economia da mineração, a economia agrícola e um terceiro momento, a modernidade do século XX.

**FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA** - Após a conceituação do momento histórico, vamos discorrer sobre o processo de formação do sítio urbano, a partir da época de sua fundação, nos idos de 1727, com o nome de arraial de Meia Ponte. As mudanças na economia que se sucederam e foram traçando rumos e definindo a paisagem urbana incorporando às características da sociedade que se transformava, sedimentando marcas arquitetônicas representativas de uma época e uma identidade territorial. E finalmente, o isolamento ao qual foi submetida à cidade ao longo do tempo quando poucas mudanças ocorreram em sua configuração espacial, mantendo as características essenciais na estrutura da organização do centro histórico, e que resultou no seu tombamento.

### **Capítulo II:**

**PATRIMÔNIO:** O conhecimento, a conservação e a restauração do patrimônio histórico arquitetônico constituem um desafio para a sociedade contemporânea. Como e o quê preservar parece uma questão fácil na teoria, mas quando a colocamos no cotidiano do cidadão, parte integrante e ativa deste processo de conservação, vários questionamentos políticos, sociais e econômicos vêm à tona. O intuito deste capítulo é entender o processo de evolução do conceito de monumento e patrimônio históricos como surgiu e como acontece nos dias de hoje, conceituando seu valor artístico e cognitivo, em relação à história, e à memória.

**TOMBAMENTO** – Aqui apresentamos um pequeno resumo sobre o termo Tombo, com um breve referencial e uma pequena explanação sobre o que consiste o ato do tombamento. O conceito legal e histórico da palavra e a visão jurídica. Quando, porque,

e como acontece o tombamento e sua competência legislativa.

LEGISLAÇÃO DO TOMBAMENTO DE PIRENÓPOLIS: Através de um apanhado das leis da cidade que regem a questão urbana vamos promover a confrontação com a realidade através da comparação de fotos dos mesmos locais em épocas diferentes, sob análise da legislação e da aplicação destas leis.

### **Capítulo III:**

TURISMO: Aqui a intenção é de situar a indústria do turismo na questão do tombamento. O turismo como uma nova fonte de geração de renda. Os tipos de turismo, cultural, e de massa. As conseqüências econômicas e sociais do turismo em uma cidade tombada. Discorrendo ainda sobre os termos “gentrificação”, “espectacularização” e “fachadismo”.

**TRANSFORMAÇÃO MORFO-TIPOLOGICA - Este é o momento de síntese do trabalho, onde analisaremos as conseqüências que esta legislação somada ao investimento no turismo, causou no cotidiano da cidade. A ação governamental e a reação da população. O processo de gentrificação, sinalizando a valorização do imóvel, o deslocamento da população sentido centro-periferia, e a população flutuante.** Avaliar o grau de contribuição positiva ou negativa do tombamento no sentido de manter o conjunto arquitetônico e urbanístico do perímetro tombado como a intervenção nos imóveis, causada pela mudança de uso. Fazer ainda uma análise reflexiva através da comparação da malha e as novas inserções urbanas ocorridas após o tombamento e o desenvolvimento do turismo, procurando através de estudo da arquitetura local e da tipologia predominante, constatar as alterações sofridas.

**Enfim este trabalho tem por finalidade, entender através da caracterização morfo-tipológica da cidade de Pirenópolis, analisando a adequação da malha urbana às interferências mais marcantes surgidas com as mudanças sócio-econômicas e culturais.**

**Está direcionado ao processo de transição ocorrido no período relativo ao momento do tombamento, e que**

**coincidi com a descoberta da cidade para o turismo, o que forjou um progresso acelerado para os padrões locais, e que não é diferente do que acontece a outras cidades que tiveram seu centro histórico tombado, onde a conservação é acompanhada por projetos de expansão e revitalização urbana e transformação da infra-estrutura econômica, com a implantação da indústria do turismo gerando um processo gentrificador, que consiste no deslocamento da população em função de novos usos dos espaços, e que altera traços originais da arquitetura, e podem favorecer fenômenos como o fachadismo, e a espectacularização da cidade.**

# CAPÍTULO I: ARRAIAL DE MEYA PONTE, CIDADE DE PIRENÓPOLIS

## Situação Geográfica

A cidade de Pirenópolis, antiga Meya Ponte, esta localizada no leste do Estado de Goiás, a 15°51' de latitude sul e 48°57' a oeste de Greenwich, distante aproximadamente 117 km da capital Goiânia; 58 km da cidade de Anápolis; e 150 km da capital federal, Brasília; ocupando uma área de 2.189,4 Km<sup>2</sup> (conforme Figura 1).

Encontra-se sobre terrenos de uma estrutura morfológica marcada por relevos acidentados – entre vales e planos sinuosos – com altitudes médias em torno de 740m. Como exemplo desta paisagem temos o morro do Frota com altitude em torno de 1.076m, servindo como delimitação do perímetro urbano a nordeste da sede<sup>1</sup>.

A região possui uma hidrografia formada por vários cursos d'água, sendo os principais (do ponto de vista urbano): o rio das Almas, o córrego Lava-pés e o córrego da Prata; pois além de cortarem a cidade, até pouco tempo, atuavam como limites naturais do seu perímetro urbano.

Por outro lado, a região possui vários ecossistemas que fazem parte da cobertura vegetal do Estado de Goiás, com predomínio do cerrado e suas diferenciadas fisionomias, além das matas de galeria, dos campos rupestres, entre outros<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis, uma cidade para o turismo**. Goiânia: Oriente, 1980.

<sup>2</sup> SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Pirenópolis: identidade territorial e biodiversidade**. Rio de Janeiro: Loiola, 2004. p.19.



Figura 1. Mapa ilustrativo. Localização geográfica. Fonte: site [www.pirenopolis.com.br](http://www.pirenopolis.com.br)

Na divisa dos municípios de Pirenópolis e Corumbá, localiza-se o Parque Estadual dos Pireneus. Seu marco culminante é a Serra dos Pireneus (cujo pico atinge 1385 metros de altitude, ponto mais alto do Estado), que atua como divisora continental de bacias dos rios Tocantins e Paraná. A área do parque possui lindos campos rupestres, além de fauna e flora ricas e diversificadas, um micro clima aprazível sendo de extraordinária beleza cênica e apresentando singulares atributos da natureza de Goiás. Constituiu ainda, um sítio histórico de destacada importância, por abrigar ruínas das antigas minas de ouro do Abade, que tiveram franca atividade no século dezenove.

Esta posição geográfica, aos pés das serras do Pireneus, somada à diversidade de ecossistemas e à suas espécies vegetais endêmicas, proporciona paisagens de morros e cachoeiras gerando fatores que favorecem o turismo de aventura e o ecoturismo.

Por outro lado, a cidade serve ainda de ponto de apoio para a visita não só do Parque dos Pireneus como também da Fazenda Babilônia, antigo engenho de cana de açúcar, construída no final do século XVIII, Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), reservas ecológicas particulares, entre outros.

### **Retrospectiva histórica: descoberta e colonização local**

Em 1531, teve início a colonização oficial do Brasil. A coroa portuguesa, patrocinava uma política econômica mercantilista, e transmitiu a Martim Afonso de Souza – primeiro donatário da Capitania de São Vicente – a missão de procurar ouro, prata e diamantes nessas novas terras (pois a riqueza de um país media-se pelos metais e pedras preciosas acumulados). Apesar dos esforços, não foi possível encontrar tais riquezas.

“Porém o sonho de Portugal de descobrir no Brasil, minas tão ricas quanto as que os espanhóis tinham encontrado em suas colônias americanas persistiu, materializando-se em ordens régias, como a executada pelo governador do Brasil, D. Francisco de Souza, que no final do século XVI intensificou as incursões dos colonos ao sertão em busca de metais e pedras preciosas. **Foi nessa época, mais precisamente em 1590, que uma bandeira proveniente da Capitania de São Vicente esteve pela primeira vez no futuro território goiano.** Ressalte-se, tanto essa bandeira, comandada por Domingos Luiz Grou e Antônio Macedo como as subseqüentes objetivaram principalmente o aprisionamento de indígenas para o cativeiro. Porém como o cativeiro indígena era malvisto tanto pela Coroa quanto pelos jesuítas de São Paulo, os sertanistas passaram a aproveitar-se das buscas de metais auríferos incentivadas pelo governo para ocultar o principal objetivo de suas bandeiras, que era o aprisionamento de silvícolas.”<sup>3</sup> (grifo nosso).

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, explorador brasileiro do século XVII, aspirando explorar o sertão goiano, organizou uma bandeira e para lá partiu em 1682. Sendo acompanhado de seu filho, que tinha apenas 12 anos de idade.

“Atravessou o território que hoje corresponde ao Estado de Goiás e seguiu até o rio Araguaia. Ao retornar do Araguaia à procura do curso do rio Vermelho, a expedição encontrou uma aldeia indígena do povo Goiá. Diz a lenda que as índias da aldeia estavam ricamente adornadas com chapas de ouro e, como se recusassem a indicar a procedência do metal, Bartolomeu Bueno da Silva pôs fogo à uma tigela contendo aguardente afirmando severamente que, se não informassem o local de onde retiravam o ouro, ele lançaria fogo em todos os rios e fontes. Admirados, os índios informaram o local e o apelidaram Anhangüera (em tupi añã'gwea), que significa diabo velho.”<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular.** Goiânia: Editora UCG, 2001. p. 240.

<sup>4</sup> Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acessado em 16/07/2006

Por volta de 1690, desencadearam-se as sucessivas descobertas do ouro nas Minas Gerais: Vila Rica, Rio das Velhas, Mariana, Rio das Mortes, e Alto Rio Doce.

Em 1719, Pascal Moreira Cabral descobriu, quando ainda se encontrava no auge a produção de Minas, o chamado ouro de Cuiabá<sup>5</sup>. Situando-se entre Minas, São Paulo e Mato Grosso, o ouro goiano não ficou oculto por muito tempo. A via fluvial para Cuiabá era bastante penosa, e a tentativa de um caminho por terra facilitou o então descobrimento das minas de Goiás.

Em 1722, quarenta anos depois da Bandeira do Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva o filho, já com mais de cinquenta anos partiu de São Paulo,

“com a intenção de novamente se embrenhar pelo sertões que antes percorrera com seu pai. Durante três anos, essa nova expedição, sob o seu comando, andou pelos sertões à procura dos antigos sítios descobertos. Não os encontraram, mas chegaram a **fundar um núcleo chamado Barra, que em 1727 foi transferido para as margens do rio Vermelho com o nome de Santana, mais tarde se tornando a Vila Bueno, que hoje é a cidade de Goiás Velho.**”<sup>6</sup> (grifo nosso).

Pouco tempo depois, Manoel Rodrigues Tomar descobriu nos contrafortes dos Pireneus, as minas de Meia Ponte (no sítio da atual cidade de Pirenópolis). Os portugueses e paulistas que compunham esta bandeira, se dividiram então, ficando os primeiros em Meia Ponte, e os paulistas em Santa Anna.

Existem dúvidas quanto ao ano de fundação de Meia Ponte. Alguns autores afirmam ter sido no ano de 1727, outros, no ano de 1731. No entanto, como o livro de registros de batismo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário registra batizados realizados

---

<sup>5</sup> JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Editora UFG, 1971.

<sup>6</sup> Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acessado em 16/07/2006

naquela igreja no dia 02 de março de 1732, a primeira hipótese parece ser a mais provável (pois o período compreendido entre 07 de outubro de 1731 a 02 de março de 1732, é considerado insuficiente para a construção de tão sólida edificação)<sup>7</sup>.

Fundada em 1727, já em 1732 foi elevada a distrito e, em 11 de fevereiro de 1736, foi promovida a arraial e, no mesmo ano, elevada a Freguesia e sede de Julgado<sup>8</sup>.

### **A economia da mineração**

O povoado de Meia Ponte, fundado no auge do ciclo do ouro, apresentou, a princípio, a configuração de um acampamento apressado.

Não havia por parte dos mineiros o interesse de se fixarem no local. O único objetivo era a exploração mineral e o enriquecimento rápido promovido pelo ouro então abundante.

O governo favorecia esse ideal nômade, já que proibia a existência de outras formas de extração e produção – como a da cana-de-açúcar – a fim de evitar o desvio de mão de obra das minas para as áreas agrícolas. As lavouras existentes eram apenas de subsistência.

O caminho que ligava Meia Ponte a Minas Gerais foi aberto em 1733, e a estrada para São Paulo em 1736. Eram nestes caminhos – pouco mais que trilhas na mata – por onde transitava tropas de animais carregados, único meio de transporte na época. As caminhadas eram longas e difíceis. O prazo de entrega de mercadorias era de três meses para o tempo da seca, e quatro para o tempo de chuva. Por aí passavam os comboios de Cuiabá e os negociantes de Goiás. Meia Ponte favorecida pela

---

<sup>7</sup> Quanto o dia 07 de outubro é devido ao costume de se dar às novas descobertas o nome do santo do dia e sendo sua primeira denominação Minas de Nossa Senhora de Meia Ponte, a afirmativa parece ser a mais correta. JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: EdUFG, 1971.

<sup>8</sup> CARVALHO, Adelmo. **Pirenópolis, Coletânea 1727-2000 – História, turismo e curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001 p.13.

sua localização (conforme Figura 2) entre as pontes Uru e Almas, era passagem obrigatória dos grandes caminhos São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Cuiabá, beneficiando-se assim da economia do período minerador que, produzindo apenas ouro, comprava tudo mediante importação.

### **A economia agrícola**

Como o povoado de Meia Ponte estava situado na junção das principais estradas da Província, e por ali passavam grande número de tropas, logo parte de seus habitantes passou a trabalhar na terra (e outros passaram a se dedicar ao comércio) – certos de venderem seus produtos. Foram eles, segundo Saint-Hilaire os primeiros da Província a trabalhar com a agricultura. Derrubaram as matas então abundantes no entorno do arraial e as substituíram por plantações de feijão e milho, e posteriormente algodão.

Já no início dos oitocentos, existia na Província de Goiás uma produção diversificada para o consumo interno, comercialmente voltada para a alimentação de sua população. Mas havia também produção destinada para o atendimento do mercado externo à província, como o algodão, o tabaco e o arroz, como afirma Saint-Hilaire:

“a maioria dos habitantes de Meia Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana. As terras da paróquia são apropriadas a todo tipo de cultura, até mesmo a do trigo, mais é principalmente com a criação de porcos e a cultura do fumo que se ocupam os colonos da região. Os rolos de fumo e o toucinho são enviados não somente para Vila Boa, mas também para vários arraiais do norte da província.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978 p.37.



Paralelamente, foram realizados esforços no sentido de inserir Goiás no mercado nacional. Atestam tal esforço à instalação de indústrias de manufaturas na capital e, posteriormente, com a criação da fundição de ferro em Traíras (a fim de incrementar a economia na região). No entanto, a maioria das iniciativas fracassou devido à falta de mão de obra, a falta de recursos financeiros e à dificuldade de integração devido a precariedade da rede viária<sup>10</sup>.

Embora toda a Província sucumbisse no abandono e em crise econômica duradoura, Pirenópolis, resistiu, tornando-se pólo agrícola e comercial. Como fator exponencial dessa resistência, encontramos a figura do Comendador Joaquim Alves de Oliveira – proprietário do engenho de São Joaquim, hoje fazenda Babilônia; e do primeiro jornal de Goiás, o *Matutina Meyapontense*, editado pela *Typographia Oliveira* (primeira tipografia da região Centro Oeste do país e também de propriedade do Comendador). Esse periódico de ideais libertários, circulou de 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834 e alcançava localidades de Goiás, de Minas Gerais e do Mato Grosso. Neste período foi construído um palacete de “365 janelas”, situado onde hoje se encontra o campo das cavalhadas, e demolido em 1868, segundo conta a tradição popular. O solar, é citado no § 13º do testamento do Comendador.<sup>11</sup>

Em dois de agosto de 1853, a Vila de Meia Ponte foi promovida a condição de cidade, e a vinte e sete de fevereiro de 1890 passou a se chamar Pirenópolis – por sua localização nos contrafortes dos Pireneus.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, Pirenópolis sofreu um abalo em sua estrutura econômica. O preço do algodão caiu no mercado internacional, o que repercutiu na retração da expansão das lavouras e do fluxo de capital em circulação.

A crise do algodão deu início ao período da criação de gado. Em finais do século XIX a ferrovia chegou ao Triângulo Mineiro – os tropeiros cederam lugar aos trilhos. Começou a se delinear novos contornos na economia nacional, e Pirenópolis, embora não

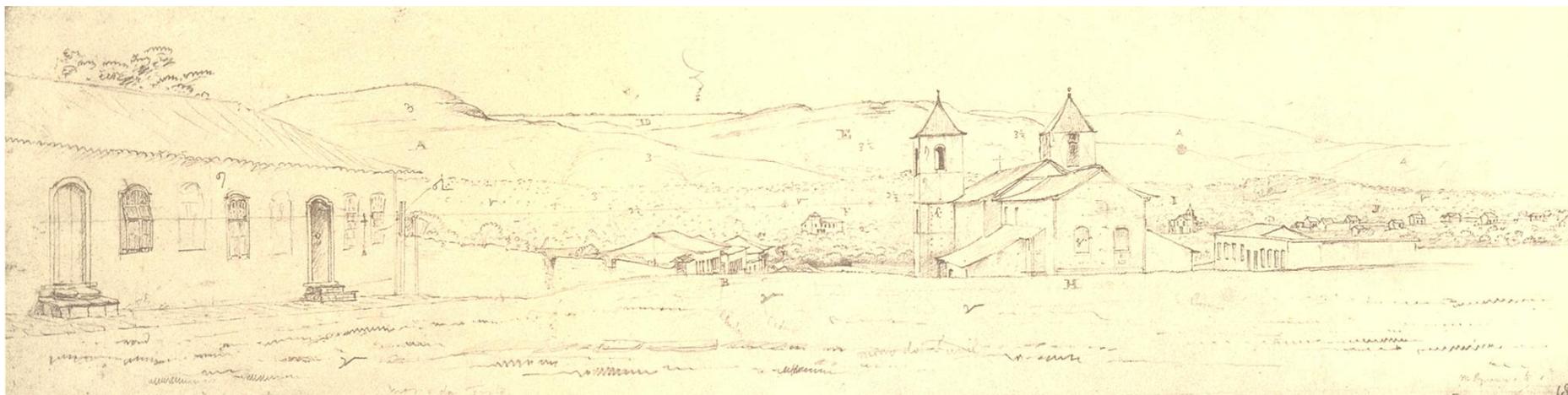
---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia, AGEPEL, 2001. p.279.

<sup>11</sup> JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Ed. UFG, 1971.

fosse diretamente ligado à ferrovia, integrou o cenário econômico de criação de gado. Sendo assim, mais uma vez, a cidade foi privilegiada por sua localização, mantendo uma certa estabilidade econômica em relação aos demais municípios fundados no ciclo do ouro.

A figura 3 apresenta um lápis de Burchell, que constitui uma das primeiras representações gráficas da cidade, e mostra como era o largo da Matriz e algumas edificações em meados do século XIX.



**Figura 3. Vista do largo da Matriz. Lápis de William John Burchell -1825/1829. Fonte: Ferrez.**

### Pirenópolis: configuração morfo-tipológica

Encontramos nas raízes da tradição urbana portuguesa as características morfológicas das cidades construídas no Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

As cidades do interior incorporam valores que sintetizam padrões qualitativos e elementos estruturais das metrópoles, ainda que organizados de uma maneira mais simples e com um porte menor. E como afirma Landim, “*a homogeneidade dos padrões morfológicos está vinculada a ciclos de desenvolvimento semelhantes.*”<sup>12</sup>.

A localização escolhida para a implantação destes núcleos urbanos, a dualidade entre o vernáculo e o erudito que caracterizam os seus planos, a relação íntima que estabelecem com o território, a regularidade quase sempre presente nos traçados, o “*papel das praças na estruturação do plano urbano e a relação que estabelecem com a arquitetura, e o próprio processo de planejamento e de construção da cidade*”<sup>13</sup> são as principais características das cidades fundadas neste período.

O conhecimento erudito mesclado à prática da vivência no território compôs a síntese dos diferentes referenciais e modelos, que fez com que as cidades assumissem uma grande coerência formal e se estruturassem na base de um mesmo conjunto de princípios, onde identificamos algumas características morfológicas que podem ser observadas tanto em Portugal como em suas colônias, em diversas épocas históricas e em traçados de origem vernácula ou erudita.

Tanto nas cidades portuguesas como nas brasileiras deste período encontramos uma grande identidade formal. As cidades portuguesas projetam-se sobre a paisagem de suas irmãs da colônia, gerando um valor relacionado aos seus aspectos formais e visuais, influenciando claramente em sua paisagem, pois que os seus agentes são os mesmos e partilham da mesma cultura

---

<sup>12</sup> LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**, São Paulo: editora UNESP, p. 22.

<sup>13</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 23.

urbana gerando uma evolução intimamente articulada, influenciando-se mutuamente ao longo do tempo. Essas cidades incorporam reflexos formais e funcionais das paisagens resultantes da articulação de duas vertentes distintas uma erudita, e outra vernácula.

Encontramos a componente erudita nos princípios de ordem de regularidade que marcaram em todas as épocas as cidades portuguesas, expressadas em suas malhas ortogonais. A componente vernácula se manifesta segundo Teixeira:

“na capacidade de o urbanismo português entender o território em que se implanta e de se moldar a ele. Ainda que partindo de um plano ou de uma idéia de plano, a cidade de origem portuguesa é sempre projetada com o sítio, atendendo de perto às suas características físicas.”<sup>14</sup>

Estas vertentes, erudita e vernácula e a sua síntese, realizada de diferentes formas e com diferentes ênfases ao longo do tempo constitui uma das principais especificidades do urbanismo português e está exemplarmente realizada nas cidades brasileiras dos séculos XVI ao XVIII.

“A componente erudita vai-se afirmando cada vez mais nas cidades de origem portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, assistindo-se a uma racionalização dos traçados urbanos, levados a cabo por técnicos com uma formação teórica e inspirados por modelos eruditos. Esta crescente racionalidade observa-se desde os traçados urbanos modernos do século XVI, planejados com características de regularidade mais ainda sem um total rigor geométrico, até aos traçados rigorosamente geométricos e ortogonais do século XVIII iluminista.”<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.p. 23.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.p. 25.

Esta regularidade das formas urbanas é conseqüência de uma formação teórica dos arquitetos e dos engenheiros-militares portugueses, que mantinham contato com a teoria e a prática urbanística da Renascença italiana, “*bem como, provavelmente, a influência cultural espanhola, no período em que os dois reinos estiveram unidos*”<sup>16</sup> além da influência dos padres jesuítas.

O interesse dos portugueses em organizar o espaço público para seus interesses de controle administrativo e militar surgiu no século XVII, com a retomada do Governo Geral.

A idéia de controle do território começou no Brasil com o descobrimento do ouro que deu início a uma vida urbana intensa e gerou um sistema de interiorização. Foi quando surgiu no sertão goiano, o arraial de Meia Ponte.

Como afirma Manuel Teixeira:

“Nos séculos XVII e XVIII os planos das cidades são cada vez mais definidas através de traçados geométricos regulares, muitas vezes ortogonais, que estruturavam toda a cidade. As praças, com uma forma regular e localizadas centralmente na malha urbana, assumiam o papel de elemento gerador do traçado: era nelas que se implantavam os principais edifícios institucionais da cidade – nomeadamente a casa de câmara e cadeia, a misericórdia, e a igreja Matriz – e era a partir delas que se definiam as principais direções e o traçado ortogonal das ruas.”<sup>17</sup>

Meia Ponte adaptou-se ao terreno de maneira irregular, pois na vertente vernácula as particularidades topográficas eram exploradas e/ou respeitadas, tanto no que se refere ao ordenamento do plano urbano como a sua organização funcional e à localização dos principais edifícios.

Uma característica marcante das cidades portuguesas ultramarinas era a sua localização, quase sempre se situavam junto

---

<sup>16</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.p. 25.

<sup>17</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.p. 25.

ao mar ou na margem de rios, como descreve Teixeira:

“A maior parte das cidades brasileiras corresponde às características de localização das cidades de origem portuguesa, desenvolvendo-se ou em situações costeiras, à beira de uma baía, ou junto a rios ou outros cursos de água. As que se desenvolvem junto ao mar situam-se geralmente em terrenos de encosta. As que se desenvolvem junto a rios situam-se geralmente em pendentes suaves. Os seus traçados –seja de cidades costeiras ou ribeirinhas – apresentam princípios idênticos. Uma e outra são variantes de um modelo mais geral. O ponto topograficamente dominante do território é ocupado geralmente pelo castelo, ou por outra situação defensiva, desenvolvendo em torno de si um pequeno núcleo construído. A uma cota mais baixa, ao longo do mar ou do rio, desenvolve-se por outro lado a primeira grande via estruturante da cidade. Em embrião surge-nos assim a estrutura característica destas cidades, constituídas por uma cidade alta e por uma cidade baixa.”<sup>18</sup>

Seguindo esta característica e em função da mineração, o povoado de Meia Ponte se desenvolveu acompanhando a margem esquerda do rio das Almas, pois a margem direita pertencia a um único proprietário, o português Luciano Nunes Teixeira, e onde existiu a residência do Frota indicada no desenho de Buschell como mostra a **Figura 4**.

---

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.p. 30

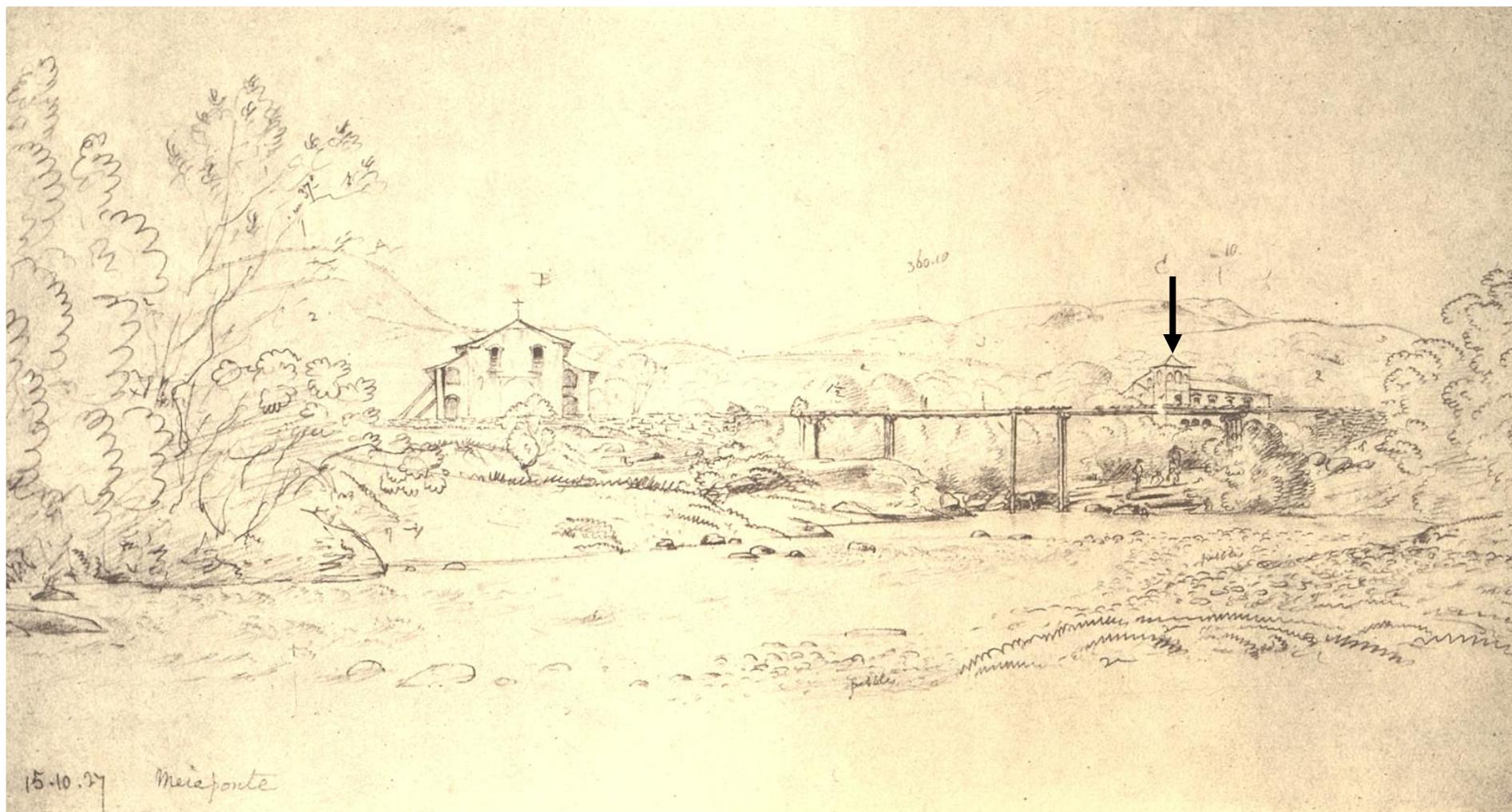


Figura 4. Detalhe da Igreja do Carmo e da ponte de Madeira, vendo-se ao fundo a casa do Frota, Lápis de William John Burchell -1825/1829. Fonte: Ferrez.

“Nas cidades beira-rio esta via estruturante situa-se na pendente para o rio, a meia encosta, deixando livres para a agricultura os terrenos mais perto do curso de água”. A sua implantação está geralmente condicionada pelo limite do nível freático, de forma a permitir a abertura de ocos dentro do aglomerado urbano. Esta primeira via desenvolve-se de nível, sempre à mesma cota, paralela ao mar ou ao curso de água. O fato de esta rua ser de nível, acompanhando a estrutura do terreno por facilidade de implantação e de utilização, tem como resultado o seu caráter não totalmente retilíneo. Isto é, as ruas tinham de ser “tortas” na sua projeção horizontal, para poderem ser “direitas” no seu perfil. Quer num caso quer noutra, os pontos extremos desta via eram marcados geralmente por igrejas ou capelas, que provavelmente surgiram logo no início da ocupação, e que constituíam os seus pontos de amarração. Cada uma destas capelas pontuava um espaço aberto: um simples adro, um rossio ou um largo que em tempo se irá estruturando formalmente como praça. Ao mesmo tempo, estes espaços e estes edifícios constituem os pontos focais das perspectivas que têm para um e outro lado desta rua. É ao longo deste primeiro percurso que se inicia a ocupação da cidade baixa, definindo-se os primeiros lotes e construindo-se as primeiras casas, de um e outro lado, seguindo o seu alinhamento.”

Seguindo esta formação característica, oposta a margem do rio representada na figura 4, encontramos na cota mais baixa, a residência dos garimpeiros, e na cota mais alta, a Igreja Matriz, e a casa de Câmara e Cadeia, assim como as residências dos proprietários mais abastados, situados em posição frontal a residência do Frota. Paralela ao rio, encontramos a primeira grande via estruturante da cidade a Rua Direita, que fazendo algumas angulações não apresenta um caráter totalmente retilíneo, e tinha originalmente em seus pontos extremos, o largo que ficava ente a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa, e no outro, a Igreja Matriz e a casa de Câmara e Cadeia, (ver Figura 3. Vista do largo da Matriz. Lapis de William John Burchell -1825/1829. Fonte: Ferrez.). situados em uma extremidade de um grande largo regular e localizado centralmente na malha urbana.

A primeira forma de ocupação do solo foi à posse, logo substituída pela concessão de sesmarias – quando requeridas ao Governador da Capitania, na dependência de confirmação de Portugal. Estas sesmarias eram deferidas geralmente a pessoas já residentes no local pretendido, algumas das quais com roças, escravos e engenhos em funcionamento. Não há referências históricas quanto a datas de mineração na Província – talvez pela descoberta tardia do ouro na região. No entanto, sabe-se que em função da descoberta de veios de ouro de aluvião junto aos rios da região e, principalmente, junto ao encontro das águas dos córregos de Lava-pés, da Prata e rio das Almas, foram ali concedidas datas de mineração. “*A urbanização primitiva iniciou-se com a concessão de datas mineiras, isto é, terrenos demarcados nas áreas auríferas e concedidos aos mineradores conforme o número de escravos que dispunham*”<sup>19</sup>.

Em Pirenópolis, as ruas foram sendo definidas praticamente em função dos edifícios residenciais, os quais eram – em sua maioria – ligados uns aos outros e formavam “painéis construídos”, separados por ruas transversais (conforme demonstrado na Figura 5. Tais painéis preencheram os espaços dos antigos caminhos que ligavam pontos importantes ou extremos da vila ainda incipiente. Geravam-se eixos estruturadores do crescimento da aglomeração urbana. É o caso, por exemplo, da rua das Bestas ou Direita, ilustrada na Figura 5, que ligava a Praça da Matriz. a um rossio, que marcava o início do aglomerado urbano (para quem chegava pela estrada que levava à Vila Boa), com as suas características habituais de mercado

Esse rossio pode acontecer na entrada da cidade, onde já citamos, existiu uma Igreja (denominada Igreja da Boa Morte ou Boa Morte da Lapa) e uma Estalagem para tropeiros que podem ser identificados no mapa da Figura 6.

---

<sup>19</sup> CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis. Coletânea 1727-2000. História, turismo e curiosidades**. Pirenópolis: Kelps, 2001. p.17.



Figura 5. Rua Direita, década de 1930. Foto: autor desconhecido. Fonte: acervo particular. Sem data.

Analisando o primeiro mapa da cidade, executado quando da visita da expedição Cruls e que nos mostra a formação da cidade nos anos de 1882, (Figura 6) e comparando-o com o que afirma Teixeira, sobre a evolução da cidade de origem portuguesa nas colônias,

“Os principais edifícios institucionais situavam-se habitualmente na cidade alta, nos sítios dominantes, tornando-se pólos do crescimento das cidades. **Estes edifícios eram ligados por caminhos, que estruturavam o espaço urbano e que se tornavam freqüentemente as principais ruas da cidade.** No encontro destas vias ou associados a estes edifícios singulares geravam-se espaços de praças ou potenciais futuras praças. A cidade baixa começava a desenvolver-se através da estruturação de um caminho ao longo do mar. Era ao longo deste caminho que se construíam as primeiras casas, dando origem àquela que se viria a tornar em muitos casos a principal rua do aglomerado, habitualmente designada por Rua Direita. As fases seguintes de desenvolvimento urbano faziam-se através da abertura de sucessivas ruas longitudinais, paralelas à primeira, e de ruas transversais que as ligavam.”<sup>20</sup> (grifo nosso).

---

<sup>20</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 24.



Figura 6. Primeiro mapa da cidade - expedição Cruls. Fonte: Jarbas Jayme 2002

Podemos constatar o traçado bem definido dos eixos que nortearam o crescimento da cidade de Meia Ponte. Nas proximidades do córrego Lava-pés, no alto da Lapa, existiu uma pousada para tropeiros e viajantes, de onde com certeza originou-se a Rua das Bestas, que recebeu posteriormente várias denominações até o nome pelo qual é conhecida nos dias de hoje, Rua Direita pois ligava dois pontos importantes, a Igreja Matriz e a Estalagem (Figura 7).



**Figura 7a. A estalagem como era, e como chegou ao século XX. Pintura de Pércio Forzani.**

**Fonte: Jayme. 2002.**

“Uma vez completamente ocupada à primeira via estruturante do aglomerado urbano – a Rua Direita assiste-se ao desenvolvimento de outras ruas paralelas a esta primeira via longitudinal, e de outras vias transversais, perpendiculares a elas. No caso das cidades ribeirinhas assiste-se muitas vezes à construção de pelo menos mais uma via longitudinal

a uma cota mais baixa, mais próxima do vinda do vale, e as restantes longitudinais a uma cota superior. Simultaneamente, observa-se a ocupação dos pontos dominantes do território por funções urbanas e por edifícios institucionais significativos, civis e religiosos, e o desenvolvimento de ruas dirigindo-se para elas”<sup>21</sup>

Acompanhando o texto de Manoel Teixeira, acima citado, enumeramos, a rua do Rosário, que chegava à Igreja do Rosário dos Pretos; e as ruas do Bonfim e Aurora, ligando o centro à Igreja do Bonfim. Seguindo da Praça da Matriz, em direção ao córrego Lavapés, surgiram – paralelas à Rua Direita – as ruas Nova e Santa Cruz (que encontrava com a rua das Bestas).

Simultaneamente, apareceram os becos e as travessas, servindo de ligação transversal entre as ruas principais e seguindo em direção ao Rio das Almas. Nos extremos, alto do Bonfim e alto da Lapa encontramos as saídas para os caminhos da Bahia e de Vila Boa respectivamente. Concluindo que a expansão do povoado começou acompanhando este eixo viário, e incorporando as margens do Rio das Almas onde acontecia o garimpo (na cota mais baixa da cidade).

“Nas fases seguintes de desenvolvimento, assiste-se à articulação da cidade alta e da cidade baixa. Geralmente, as ruas que se dirigem para os edifícios institucionais ou que articulam as várias ruas longitudinais são perpendiculares ao eixo original, mas em pontos onde, apesar da grande inclinação, a pendente é menor. Nalguns casos, estas perpendiculares são substituídas por diagonais, vencendo a inclinação do terreno de uma forma mais gradual. Mais ou menos a meio do percurso longitudinal, uma das vias transversais vai ligar-se ao castelo, à casa do capitão, ou a algum outro edifício institucional situado numa localização proeminente, e tornar-se a via transversal mais importante. **No entroncamento das duas ruas – a Direita e esta transversal – desenvolvia-se habitualmente uma praça, onde ao longo do tempo se irão localizar diferentes edifícios e funções institucionais.** Desenvolve-se assim, de uma forma gradual, uma

---

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 32.

malha sensivelmente ortogonal, por vezes bastante distorcida pela sua acomodação ao terreno, cujos elementos estruturantes fundamentais são duas vias principais em ângulo reto, com uma praça localizada no seu encontro. Trata-se da estrutura primordial de cidade, que aqui nos surge mais uma vez reafirmada.”<sup>22</sup> (grifo nosso).

Orscar Leal, viajante português que visitou Pirenópolis no ano de 1816, assim descreveu a cidade:

“O largo da matriz é o ponto mais central da cidade e para lá convergem as Rua Direita, Prata, Bonfim e ladeira do Rosário. São geralmente calçadas de grandes lajes e em todas existem casas que até hoje conservam o velho estilo dos primeiros colonizadores do estado goiano (...) Perynópolis compõem-se de sete ruas, três praças grandes, duas pequenas e alguns becos e travessas pouco edificadas. É a melhor cidade de Goiás, depois da Capital, porém pobre, e com poucos recursos para desenvolvimento. **Uma ponte de madeira antiqüíssima mas de bom estado une a cidade baixa ao bairro do Carmo, na margem direita do rio que banha a povoação**”<sup>23</sup>. (grifo nosso)

As primitivas igrejas de Pirenópolis datam do século XVIII. Assim que foram construídas, atraíram para as suas adjacências um determinado número de moradores e residências – fato este que as caracterizavam dentro do período como vetores de expansão (fatos urbanos).

Por se tratarem de edificações de grande importância para a época – e seguindo a normas eclesiásticas de então – os templos eram localizados em pontos estratégicos (altos, limpos e com espaço livre circundante), fato que permitia a sua visualização a distâncias consideráveis. Os espaços abertos eram encontrados sempre no entorno destas igrejas, constituindo

---

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 32.

<sup>23</sup> LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas (Brasil Central)**. Goiânia: Ed. UFG, 1892. pp 72,73,74.

grandes largos utilizados pela comunidade em festas populares e religiosas.

A Igreja Matriz, tida como a primeira e maior construção religiosa do período colonial do Estado de Goiás, teve suas obras iniciadas por volta de 1728, e sua escrita teve início em dois de março de 1732, no local denominado “Buritizal”, que segundo relatos da época, constituía-se em um terreno pantanoso e só foi erigida neste local por sua proximidade à casa de seu maior benfeitor, na confluência da rua Direita e do largo da Matriz.<sup>24</sup>

No meio da praça, tradicionalmente conhecida por Alto da Lapa, existiu, nos séculos XVIII e XIX, imponente santuário, a Capela de Nossa Senhora da Lapa. Era de vasta proporção, e perdia em área apenas para a Matriz. Suas imagens esculpidas em madeiras vieram de Portugal, e como jamais foi concluída, nada mais resta do templo, cuja ruína foi noticiada no Jornal *A Província de Goiás* na edição de 29 de outubro de 1869.<sup>25</sup>

Edificada entre os anos de 1743 e 1757, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, (Figura 8) construída pelos escravos, localizava-se ao final da Rua do Rosário, onde hoje existe a praça do Coreto, foi demolida por ordem religiosa em 1944, por se encontrar em estado bastante precário.

---

<sup>24</sup> JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: EdUFG, 1971. Vol. I.

<sup>25</sup> JAYME e JAIME **Casas de Pirenópolis Goiânia**, UCG, 2002 pg. 63, V. 1.



Figura 8. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Foto: acervo particular. Sem data



**Figura 9. Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Foto: autor desconhecido Fonte: acervo particular. Sem data.**

A margem direita do Rio das Almas foi erigida uma única igreja, a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, (figura 9) da qual não temos uma data precisa de sua construção, sabemos apenas que construída pelos proprietários daquelas terras, portugueses

abastados, proprietários das minas e de grande quantidade de escravos, é precedida no tempo pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

A Igreja do Bonfim, edificada no ponto mais alto na parte velha da cidade, foi construída segundo alguns historiadores entre os anos de 1750 e 1754, e em 1755 foi adquirida em Salvador a imagem do Senhor do Bonfim, transportada por 260 escravos em procissão, da cidade de Salvador na Bahia até Meia Ponte.

Outras Igrejas de menor importância são citadas por Jarbas Jayme<sup>26</sup> como a Capela de Santa Bárbara, sobre o morro de mesmo nome, construída em finais do século XVIII, e a ermida de São Francisco das Chagas que funcionou ininterruptamente entre 1731 a 1819, e cujo emblema (rosácea ou escudo) de São Francisco, talhado em madeira encontra-se hoje na Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

As praças têm um papel importante na caracterização das cidades coloniais. No que se refere à sua origem, existem praças geradas a partir da estrutura física do território e praças geradas a partir de ações de planejamento. No primeiro caso, estas correspondem à componente vernácula dos traçados e resultam habitualmente do entroncamento de caminhos, apresentando diversas formas conforme as condições topográficas ou o tipo de confluência a partir das quais se geraram. No segundo caso, as praças planejadas correspondem à componente erudita dos traçados. Embora variando na sua relação com a malha urbana envolvente, estas praças são habitualmente de forma regular, retangular ou quadrada. No caso de Meia Ponte, as praças do centro histórico têm uma origem vernacular apresentando formas retangulares acompanhando a estrutura física do terreno.

As primeiras praças regulares, geometrizadas, surgiram no século XVI em espaços de origem religiosa, adros e terreiros de igrejas ou conventos. Nos séculos XVII e XVIII, cada vez mais se irá afirmar este rigor geométrico. A praça urbana regular, centrada na malha urbana e local de implantação das principais funções urbanas, tornou-se uma componente fundamental dos

---

<sup>26</sup> JAYME e JAIME **Casas de Pirenópolis**. Goiânia: EdUCG, 2002 V. 1 pg. 65 a 73.

novos traçados. É também a partir do século XVII que a praça vai adquirindo progressivamente o papel de gerador do traçado urbano. Os principais elementos estruturantes das cidades não são mais a topografia do terreno ou a localização de edifícios institucionais em posições dominantes, mas antes a praça, a partir da qual se estrutura a malha urbana segundo uma matriz ortogonal. Para além de ser na praça que se localizam os principais edifícios institucionais, a importância desse espaço advém agora também das suas próprias características formais e do papel que ele desempenha como elemento estruturador de todo o traçado. As praças de Meya Ponte, do século XVIII situavam-se nas proximidades das Igrejas - edifícios institucionais em posições dominantes - e constituíam elemento estruturador do traçado urbano.

Nas cidades e vilas setecentistas a praça já não se situa marginalmente no tecido urbano, nem a sua estruturação vai se fazer de forma progressiva, a partir da regularização do espaço que havia sido eleito para a implantação de importantes edifícios institucionais. A praça é agora concebida e concedida de raiz com o centro simbólico, funcional e formal da cidade, sendo a partir dela que se estrutura toda a cidade e se define o traçado das ruas e a estrutura dos quarteirões, segundo uma malha ortogonal. Em Meya Ponte, todas as praças originaram de espaços contíguos às Igrejas, como o Largo da Matriz, E o Largo do Rosário, ambos centrais, e as praças existentes nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte no alto da Lapa e da Igreja do Bonfim que se situavam em locais de acesso à cidade.

### **Pirenópolis: formação e evolução da arquitetura**

A relação entre a arquitetura e os traçados urbanos acontecia de diferentes formas, e o modo como esta arquitetura se articulava com a lógica do traçado, tinha um papel fundamental na caracterização das cidades coloniais.

A localização de edifícios significativos e formalmente mais elaborados em sítios especiais *“significava que esses locais*

*dominantes passavam também a ser investidos de uma maior qualidade formal, reafirmando-o seu papel de referências fundamentais na estruturação da malha urbana.*<sup>27</sup> As suas características topográficas, e a sua localização no traçado urbano definido por suas funções, justificavam o papel polarizador destes imóveis, bem como a sua arquitetura. *“O traçado das ruas era por sua vez articulado com a localização destes edifícios, quer se tratasse de traçados onde predominava uma componente vernácula com o terreno, ou de traçados com uma forte componente erudita, traduzida num plano regular”*<sup>28</sup>.

Estes edifícios singulares sempre apresentavam uma arquitetura mais elaborada, o que os tornava ponto de referência e vetores de expansão, elementos fundamentais que eram para a hierarquização dos espaços urbanos. É assim que estes edifícios ocupavam colinas, ou centros ou extremidades das praças ou em diferentes combinações destas estratégias de desenho. É o caso, por exemplo, da localização do primitivo Paço Municipal e Cadeia na esquina da Praça da Matriz, esquina da antiga rua do Rosário. Erguida em 1733 e demolida em 1919 (anos mais tarde foi construída uma réplica próxima à ponte sobre o rio das Almas).

As ruas apresentavam uma hierarquia do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, mais uma vez segundo Manoel Teixeira:

“a partir do século XVII, e ao longo do século XVIII, a regularidade da cidade passa a estar associada não só à regularidade do traçado mas também à adoção de modelos arquitetônicos uniformes aos quais deviam obedecer a construção de ruas, de praças, ou mesmo de toda uma cidade. As Cartas Régias e os Autos de Fundação de núcleos urbanos brasileiros deste período testemunham esta relação cada vez mais afirmada entre a formosura da cidade e a

---

<sup>27</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 28.

<sup>28</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 28.

regularidade do traçado e da arquitetura.”<sup>29</sup>

A vida nômade, característica da sociedade mineradora, o meio hostil, o difícil transporte, o interesse tão só pelo enriquecimento fácil não poderia favorecer o aparecimento de uma arquitetura notável. Esta surgiu timidamente. As construções ao longo dos caminhos, aos poucos, se transformaram e valorizaram determinadas ruas e becos. Assim, os primeiros ranchos foram substituídos por casas simples, organizados em tramos ou faixas, com plantas quadradas, cômodos quadrados, grandes portas e janelas (preferencialmente em aroeira). Não tardou, as coberturas de palha deram lugar as de telhas de capa-canal, com seus beirais salientes, apoiados em cachorros de madeira (Figura 10).

---

<sup>29</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 29.



**Figura 10. Casa típica dos primeiros tempos. Foto: Valdomiro de A. Godinho /1978**



**Figura 11. Tipos Construtivos. Foto: Valdomiro de A. Godinho /1978**

A técnica construtiva oscilava entre o pau-a-pique, o adobe ou taipa de pilão (Figura 11). Raramente eram empregadas pedras e tijolos. O sistema de cobertura, em telhas de barro, na maioria em telhados de duas águas, lançava parte da água da chuva para a rua, e outra para o quintal, o que evitava o uso de calhas. Algumas variações aconteciam nas casas de esquina, que com duas fachadas sobre a rua alteravam em parte a planta e a cobertura.

A arquitetura residencial de então teve uma relação espacial bastante rígida entre o público e o privado, onde o privado

aparecia sob a forma do lote urbano, formando os quarteirões, acompanhando antigas tradições portuguesas.

“A estrutura dos quarteirões e a estrutura de loteamento caracterizam igualmente as formas urbanas portuguesas, apresentando três tipos fundamentais que se desenvolvem ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo coexistindo em várias situações. O primeiro tipo de quarteirão é o *quarteirão medieval*, estreito e comprido, com lotes que vão de lado a lado do quarteirão, definindo uma alternância de ruas de frente e de traseiras. O segundo, mais tardio, é o quarteirão em que existem lotes dispostos costas-com-costas virados para faces opostas do quarteirão, e tem lotes virados para as suas quatro faces; este último, permitindo uma melhor utilização do espaço urbano, surge a partir do século XVI. Em todos estes tipos de quarteirão, a frente de lote tende a situar-se entre os 25 e 30 palmos. Encontram-se estas dimensões de frente de lote nas cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV, em Portugal e nas cidades brasileiras dos séculos XVI a XVIII. A tipologia de fachada que daqui resulta, térreos ou sobrados com três fiadas de vãos, encontra-se por todo o território da expansão portuguesa.”<sup>30</sup>

Em Meia Ponte, encontramos ruas de aspecto uniforme, com lotes geralmente estreitos, mas com grande profundidade, atingindo muitas vezes, uma outra rua. Tais lotes permitiam o agenciamento de grandes quintais arborizados e espaços, inclusive, para algum tipo de criação doméstica (galinhas, porcos etc.) – fato que já no século XIX chamou a atenção dos visitantes, como pode ser observado nos relatos de Saint-Hilaire:

“... conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. **Cada uma delas, conforme o uso em todos os arraiais do interior tem um quintal onde se**

---

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Manuel C. de (org.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004. p. 29.

vêm bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desordenadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados”<sup>31</sup> (grifo nosso).

A uniformidade dos terrenos corresponde à uniformidade dos partidos arquitetônicos que obedeciam a um caráter formal, muitas vezes normatizado por decretos reais. Também em plantas encontramos esta monotonia, alterada no decorrer dos anos, partindo da planta quadrada, evoluindo para a planta em **L** e posteriormente em **U**. (12 a 14).

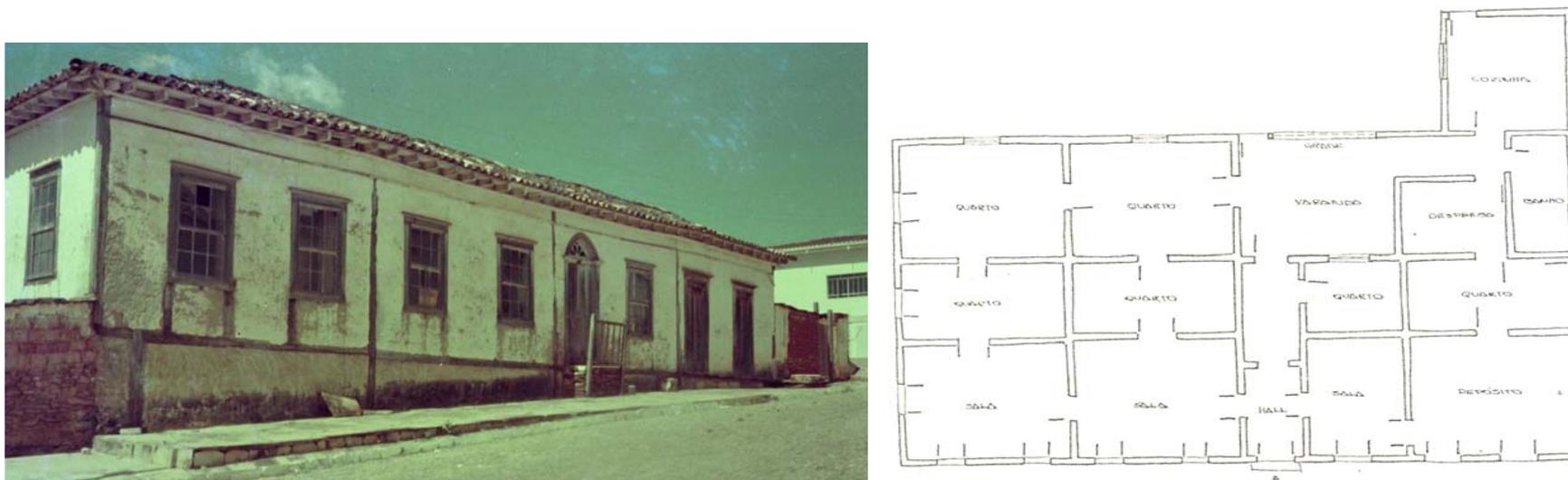
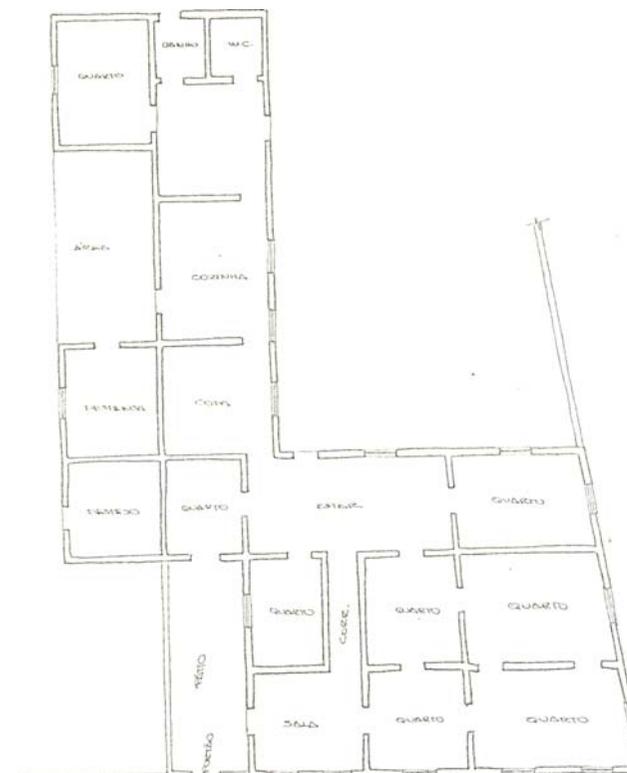


Figura 12. Casa no largo da Matriz. Construção do século XVIII – planta quadrada. Foto: Valdomiro de Araújo Godinho. 1976.

Planta baixa.– Levantamento e desenho da autora.

<sup>31</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 36.



**Figura 13. Casa de esquina. Rua Direita. Construção do século XVIII – planta em “L”.**

**Foto: acervo CEDIARTE - FAU/UNB. 1972 Planta baixa Levantamento e desenho da autora.**



**Figura 14. Casa de porta e janela Rua Direita. Foto e Planta baixa: Vaz, 1998.**

A separação entre uma casa e outra era feita com cunhais de madeira, nem sempre aproveitando parede-meia. Quando isso ocorria, o pé direito apresentava uma pequena diferença alterando um pouco a altura dos telhados. Geralmente eram rebocadas e caiadas de branco, com a utilização de cores fortes no madeiramento de portas e janelas e, em alguns casos, em barrados (socos) na parte inferior das paredes.

Com a consolidação da povoação, as casas se desenvolvem, atendendo aos problemas suscitados pelo desdobramento das famílias, pela necessidade de conforto e pela melhoria econômica da população.

Uma mudança importante na organização do espaço urbano ocorreu durante o Império, quando foi promulgada a chamada a Lei de Terras (1850), que possibilitou que os indivíduos fossem proprietários de terra (de lotes urbanos), antes disso ninguém era

proprietário, tudo pertencia à coroa, o que havia era posse e o usufruto. Começou então um período de comercialização de terras, no qual os cartórios passaram a desempenhar papel fundamental, em detrimento das “sacristias” das igrejas.

O desprezo do Império pela coisa pública urbana não teve a mesma intensidade no período da República, que usou símbolos urbanos para marcar os objetivos públicos para a população, abrindo espaço para o empresariado urbano participar de projetos públicos. De 1900 a 1914 a República reformulou todo o sistema urbano brasileiro, com iluminação, saneamento, escolas, todos os equipamentos, isso é política urbana.

A foto da figura 15 mostra a Rua do Rosário por volta do início do século XX, vendo-se ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antes da reforma que alterou a sua fachada) e demonstra o abandono ao qual a cidade estava submetida, embora ainda conservasse algum “aparato” do passado, como o calçamento da rua.

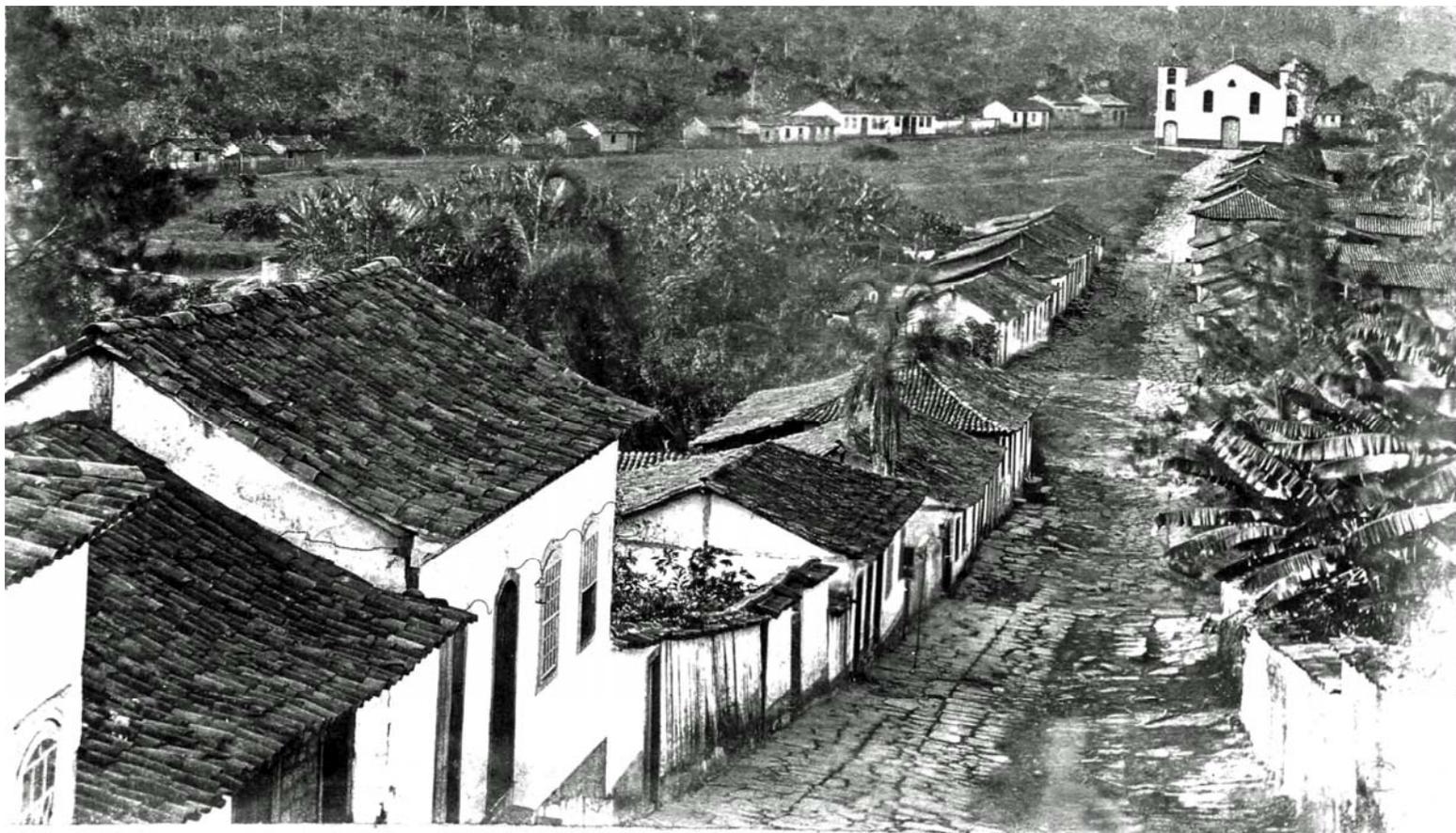


Figura 15. Vista da Rua do Rosário, fim do séc. XIX. Fonte: Peixoto - Acervo particular.

### A Marcha para o Oeste e a fundação de Goiânia

De grande importância para a região, foi a construção da estrada de ferro. Embora sua implantação ligando Rio-Goiás-Corumbá, tenha sido uma reivindicação desde meados do século XIX, o início da construção da ferrovia se deu em dezembro de 1909 e, somente a sete de setembro de 1935, o trem chegou à Anápolis, dando um novo rumo à história de Goiás, intensificando o fluxo migratório e desdobrando-se na formação de povoados e no crescimento das cidades.

A partir desta época, a política nacional sofreu grandes mudanças, resultantes da Revolução de 30. Em Goiás, o Estado Novo levou ao poder o interventor Pedro Ludovico Teixeira. Representante das dissidências locais até aquele momento, Ludovico era considerado o “esteio” para a oposição que combatia o governo na Capital e no Sudoeste do Estado, tendo participação ativa na luta armada na “Revolução de Trinta” em Minas Gerais e em Goiás. Em 29 de outubro de 1930, foi formada uma Junta Governativa para representar o poder no Estado de Goiás. A Junta durou apenas três semanas e Pedro Ludovico Teixeira assumiu o controle do Estado, como Interventor Federal.

As disputas políticas tornaram-se mais acirradas. Como resultado, entre outras medidas, o governo federal promoveu a transferência da capital do Estado, de Goiás para Goiânia, que fundada em 24 de Outubro de 1933, substituiu a Cidade de Goiás como capital do estado a partir de 1937.

Estes fatores que retiraram o Estado de Goiás de uma era de isolamento, com predominância econômica e ideológica estritamente rural, geraram um processo de intensa fragmentação espacial da região a partir de 1940, através da criação de novos municípios, com a emancipação dos distritos, e provocou uma significativa mudança com a modernização da economia agrária e simultaneamente, em outros aspectos da vida social, política e cultural.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio (orgs.). **As cidades dos sonhos**. Goiânia: Ed. UFG, 2004. pp. 57-58.

Em Pirenópolis, até esta data, podemos relacionar as modificações mais significativas sendo: a demolição da casa de Câmara e Cadeia, em 1919 e a construção entre 1916 e 1919 da atual em outro terreno, conservando a mesma planta da anterior. O teatro, construído em 1860, foi demolido por volta de 1890, e o que vemos hoje nas proximidades da Matriz foi construído em 1899. Já o prédio do cinema é bem mais recente, construído em 1930, ainda em estilo neoclássico (eclétrico), tendo sua fachada original alterada seis anos depois para o estilo art-déco, que prevaleceu após a restauração de 1998.

Além do edifício do cinema, outras casas adquiriram características diversas do colonial, como atesta a Figura 16.

Em 1942 o prédio do teatro municipal foi transformado em cômodo comercial.

Observa-se uma curiosidade sobre as casas pirenopolinas, é que muitas construídas já no século XX, talvez pelo isolamento a que a cidade foi submetida até a construção de Brasília, conservaram a planta em L e as características coloniais, até mesmo na técnica construtiva, o adobe e a taipa. A diferença diagnosticada é apenas na locação, pois estas casas já apresentam o jardim lateral, e não mais se estende até a divisa do lote.

A partir de 1940, começou a surgir os primeiros loteamentos projetados, apresentando quadras e ruas homogêneas, sem integração com o traçado anterior. Se observarmos à foto panorâmica de 1940 (ver Figura 17) podemos notar que não existe grande alteração no traçado das ruas, em comparação ao mapa desenhado pela comissão Cruls (Figura 6).



**Figura 16. Casa Rua Direita, 1978. Foto: Valdomiro de Araújo Godinho ( Mirim).**



**Figura 17. Panorâmica da cidade de Pirenópolis tirada durante vôo, 1940. Fonte: Peixoto - Acervo particular.**

Data desta década a construção da primeira pista de pouso em Pirenópolis, construída em 1947, no local onde hoje existe um assentamento popular – Alto do Bonfim - e de onde pouco após a decolagem foi feita a foto da figura 17, onde podemos perceber o traçado das poucas ruas que constituíam o panorama urbano de Pirenópolis.

O final do período Vargas e as tendências políticas pós-1945 trouxeram novas perspectivas com a descentralização do

poder e a reabertura do mercado a nível nacional.

Como o traçado urbano, a arquitetura – incluindo o processo construtivo – conservou suas características e podemos enumerar uma ou outra edificação construída ou reformada apresentando “inovações”, com algumas fachadas ecléticas ou art déco (provável influência da construção da nova capital, Goiânia).

Até a década de 1950, a cidade de Pirenópolis conservou sua morfologia, e poucas alterações se fizeram notar. A Rua Direita – antiga Rua das Bestas, que constituía desde o primeiro momento o eixo mais integrado, pois era a rua que ligava a entrada da cidade ao seu principal monumento, a Igreja Matriz –, conservava a sua importância na estrutura organizacional urbana, apesar do novo acesso à rodovia com destino a Anápolis, situado à sudoeste, nas proximidades Rua do Campo, que teve este nome por abrigar novo campo das cavalhadas.

### **O advento de Brasília**

Como é possível observar na foto aérea da Figura 18, ainda na década de 1960, a cidade não apresentava mudanças significativas no seu traçado urbano. As maiores alterações podem ser notadas apenas no uso dos espaços públicos, como o Largo do Rosário, que com a demolição da Igreja do Rosário dos Pretos, configurou um grande vazio, o que proporcionou sua ocupação por algumas edificações particulares. E o Largo da Matriz, ao qual foram acrescentadas algumas edificações religiosas de apoio (como a Casa e a Escola Paroquial) e, com isso, as Cavalhadas – que ali eram encenadas – passaram a acontecer em outro local, nas proximidades do novo acesso da cidade à sudoeste, citado anteriormente.



Figura 18. Foto aérea da cidade de Pirenópolis, 1966. Fonte: Carvalho.

Com a transferência da Capital Federal para o interior do país, a região centro-oeste deparou-se novamente com o progresso. A fundação de Brasília, em 1960, no planalto central goiano trouxe o progresso à região e algumas interferências, como a mudança de hábitos da população local, que passou a se deparar com os apelos do mundo moderno. Entre as mudanças arquitetônicas, podemos apontar a inserção de platibandas nas construções coloniais (que só ocorreu efetivamente a partir da década de 60!) e a construção de inúmeras garagens junto às antigas residências do centro histórico.

A abertura de estradas como a Belém–Brasília e a Brasília–Cuiabá, facilitou a movimentação pelo interior do Estado, criando vias de escoamento para a produção e intensificando o comércio com o restante do país. Simultaneamente, a cidade – até então com sua economia baseada na agricultura e extração mineral – descobriu um mercado cada vez maior para o “xisto quartizífero” ou pedra de pirenópolis, bastante usada na construção civil. A pedra, que já estava incorporada à algumas edificações e o calçamento da cidade, passou a ser vendida por todo Brasil, criando um mercado de trabalho bastante intenso não só na extração como também na comercialização do produto. Este meio de sobrevivência, influenciou na economia e favoreceu o crescimento do bairro Alto do Bonfim (na zona leste da cidade), que situado nas proximidades da pedreira, desenvolveu-se com características típicas de um bairro popular, de formação espontânea. Atualmente, consiste em um terceiro pólo integrador apresentando um comércio independente e rivalizando com o centro comercial da cidade, e podemos ver a extensão do loteamento à Leste, no mapa da figura 19,

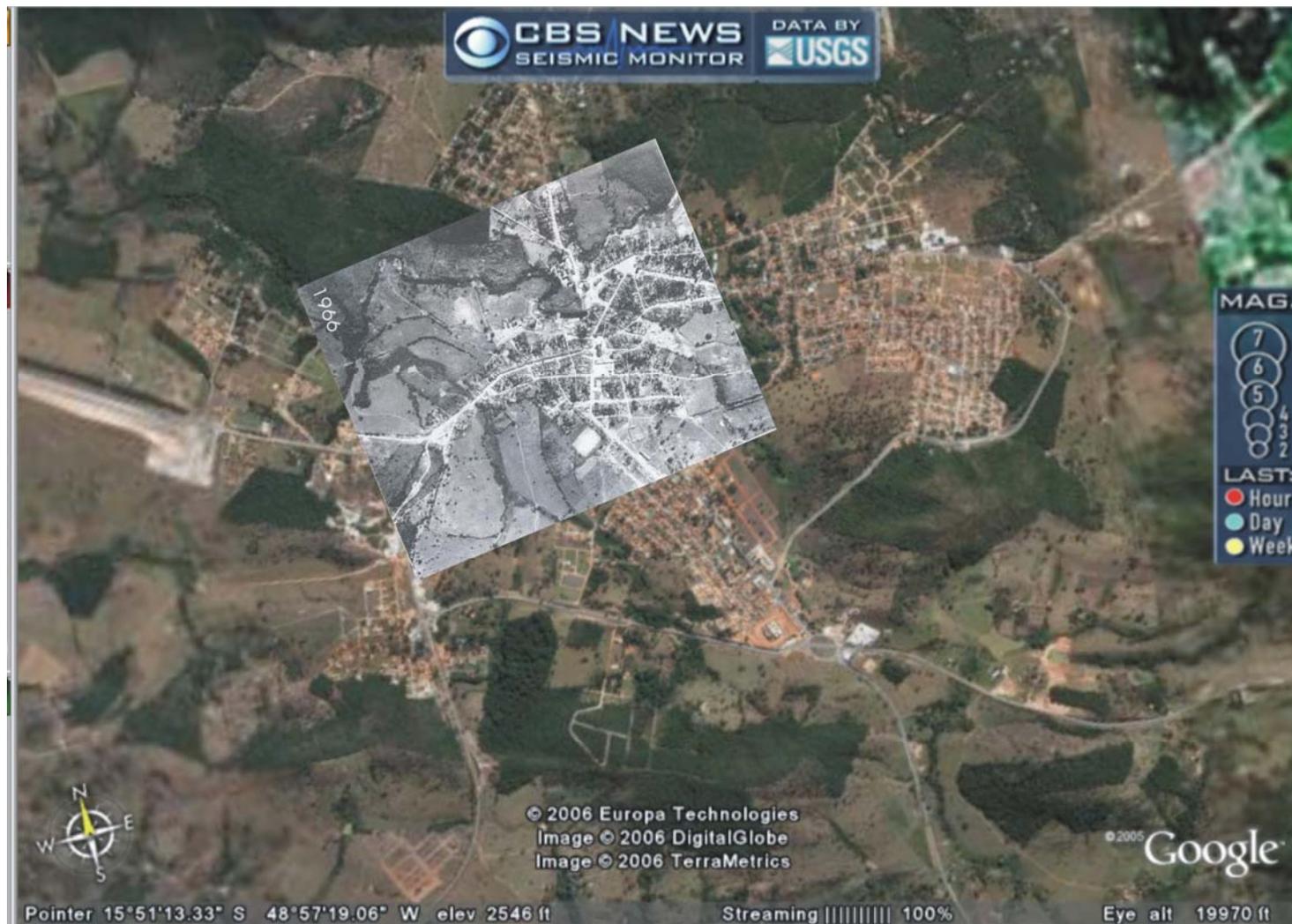


Figura 19. Superposição das fotos aéreas de 1966 e 2005. Fonte: Googleearth. Montagem da autora.

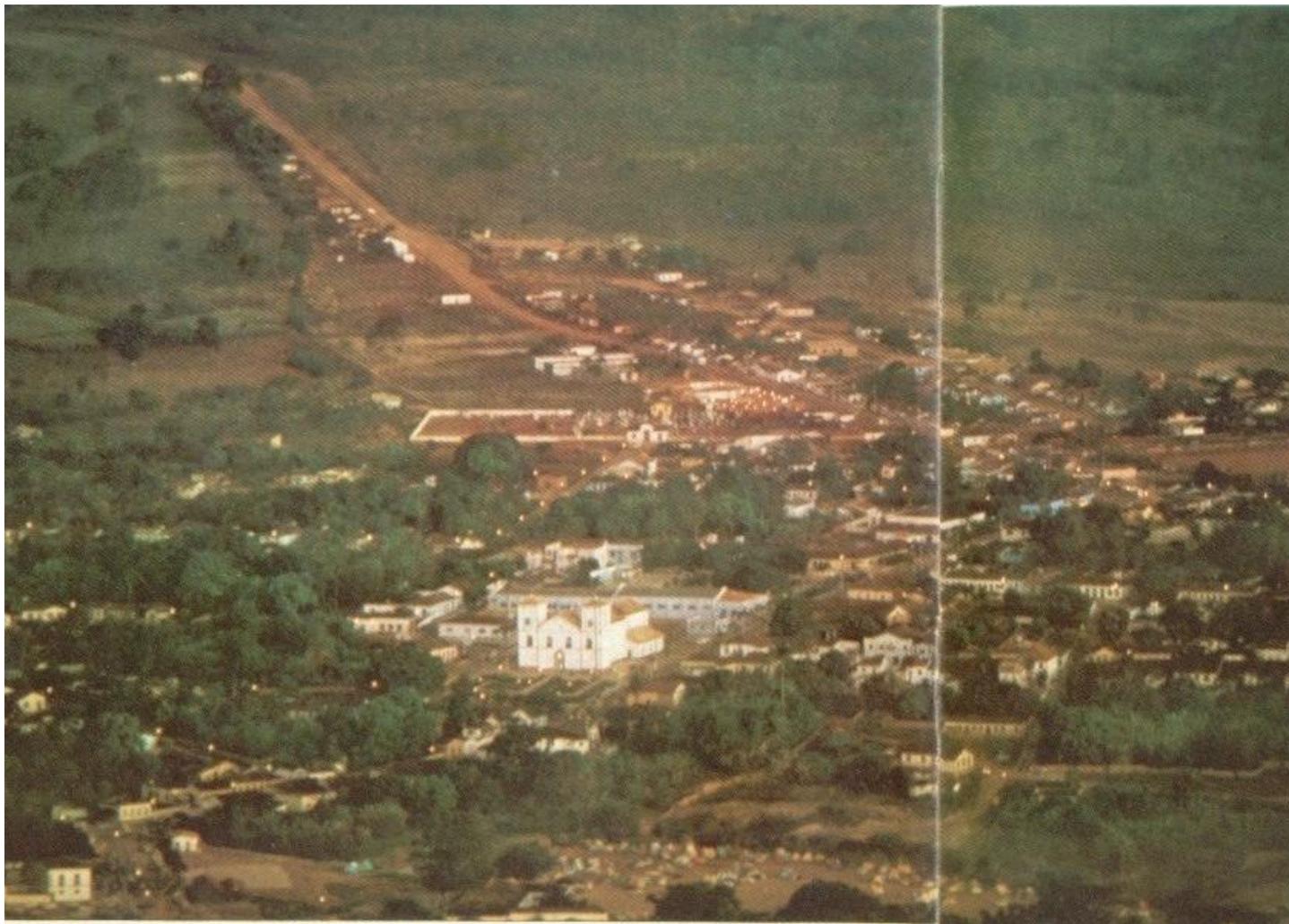
O relativo progresso econômico causado pelo xisto e pelo renascimento comercial da cidade desdobrou-se em um processo de migração campo-cidade bastante acentuado. Tal processo culminou, durante as décadas de 70 e 80, com a política de incentivo ao financiamento às construções populares. Que resultou na densificação da sede do município e na criação de novos bairros periféricos, como a pioneira Vila Matutina mas sem comprometimento do conjunto urbano, pois o bairro foi situado à margem do que seria mais tarde considerado centro histórico.

No entanto, a mudança mais visível ocorreu, a partir do final da década de 1970, quando o município – antes com um perfil predominantemente rural - assumiu um modelo de concentração urbana (figura 20). Segundo Carvalho<sup>33</sup> a população rural que em 1970 era de 84,53% e a urbana de apenas 15,47% no final dos anos 1990, inverte esta posição, sendo 57,80% urbana e 42% rural.

Com o isolamento da cidade de Pirenópolis até o final da década de 1970, podemos constatar que a cidade sofreu pouquíssimas alterações em sua estrutura morfo-tipológica, conservando o núcleo histórico com uma riqueza de detalhes e seu desenho urbano em traçado irregular, com vias e quadras de diversos tamanhos.

---

<sup>33</sup> CARVALHO, Adelmo. **Pirenópolis; Coletânea 1727-2000 – História, turismo e Curiosidades**. Goiânia: Kelps, 2001. p.213.



**Figura 20. Panorâmica tirada do alto do Morro do Frota, 1976. Fonte: Revista Geográfica Universal.**

A publicação *Arquitetura Revista* - FAU/UFRJ – v.6, de 1988 descreve:

“... a arquitetura popular as mais vezes desataviada, e até pobre, assume nos seus espécimes mais puros uma posição de ‘humilde cooperação com a natureza e aceitação quase fatalista dos seus imperativos’ (...) Guarnições de janelas e portas na maioria dos casos simples. As formas rebuscadas são mais freqüentes na arquitetura erudita e principalmente na igreja e constituem exceção”.

Podemos detectar esta falta de rebuscamento da arquitetura vernacular nos pequenos detalhes das casas Pirenopolinas, tanto nas fachadas como no interior das residências refletido no modo de vida da população muito semelhante à de seus antepassados conforme podemos ver na Figura 21.

**A população pirenopolina, tão próxima às capitais como Goiânia e Brasília, às vésperas do século XXI, ainda conservava quase que intacto uma arquitetura significativa, vinculada a padrões sociais que pareciam intocados pelo tempo.**

Concluimos que a cidade sofreu como não poderia deixar de ser diferente, ao longo do tempo, mudanças em sua configuração espacial. À formação irregular da arquitetura vernacular dos primeiros momentos foram-se incorporando novos valores, mas nada que comprometesse as características essenciais que foram mantidas na estrutura da organização do centro histórico, devido ao isolamento a que foi submetida.



Figura 21. Interior de uma residência. Década de 1970. Foto: acervo CEDIANTE - FAU/UNB.

## CAPÍTULO II: PATRIMÔNIO, TOMBAMENTO E LEGISLAÇÃO

### Patrimônio

Pedro Paulo A. Funari em *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*, explora os diferentes sentidos ligados ao conceito *Patrimônio Cultural*:

“As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à "propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança". Os alemães usam *Denkmalpflege*, "o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar", enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito "àquilo que foi ou pode ser herdado" mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, "levar a pensar", presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa "pensar") e aos antepassados, implícitos na "herança". Ao lado destes termos subjetivos e afetivos, que ligam as pessoas aos seus reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais econômica e jurídica, "propriedade cultural", comum nas línguas

românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma "propriedade".<sup>1</sup>

Os bens patrimoniais, por sua própria natureza como cultura material, representam uma ponte entre o passado e o presente, e tem o poder de materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Por outro lado, “uma abordagem antropológica do próprio patrimônio cultural ajuda a desmascarar a manipulação do passado”<sup>2</sup>.

É indiscutível a necessidade de conservação deste patrimônio cultural por ser de grande valor para a construção social e cultural de um povo. Difícil é definir o que e como preservar. Sempre houve muita discussão em torno destas questões. A conservação do patrimônio como uma simples volta ao passado é parte de uma idéia saudosista de conservar como que estático o tempo e suas lembranças. No mundo contemporâneo, com a velocidade das aquisições da tecnologia, é impossível negar a mudança em um organismo vivo como as cidades. Como então conciliar a conservação do patrimônio, construído, ou mesmo imaterial, com as necessidades do mundo de hoje e toda a sua tecnologia?

Tomemos como exemplo o pensar poético do velho mestre:

“Ouro Preto não vale apenas pelas igrejas que possui. Para mim o mais importante é o ambiente antigo que ainda apresenta, levando seus visitantes, curiosos, aos velhos tempos da heróica Vila Rica (...) São as ruas íngremes,

---

<sup>1</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. Disponível em: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br). Acessado em 13/05/2006.

<sup>2</sup> FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. Disponível em: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br). Acessado em 13/05/2006.

cortadas nas encostas, calçadas com pé-de-moleque; as casas se completando, caiadas de branco; as janelas quase iguais, guarnecidas com pedra ou pintadas de azul; os telhados se derramando com seu galeio característico; as igrejas localizadas nos pontos mais proeminentes, belas e barrocas como suas irmãs portuguesas. E a cidade parada no tempo, com os homens a subirem e descerem devagar suas ladeiras, ainda com folga para sentar num café e conversar um pouco.”<sup>3</sup>

É neste enfrentar de uma realidade onde as variáveis do tempo passado e presente se cruzam que devemos vislumbrar uma solução onde não bastam os conhecimentos acadêmicos ou a interferência rígida dos órgãos governamentais com suas soluções pontuais.

Como conciliar então este bucolismo das cidades coloniais, ainda revestidas de um passado nem tão distante, com os apelos da sociedade e suas comodidades?

Existem duas vertentes dos defensores do patrimônio cultural edificado: uma visão mais conservadora, que acredita na sacralidade do monumento; e outra, mais liberal, que acredita na sua revitalização.

Seja qual for a vertente correta, o objetivo principal é **proteger as características que distinguem um determinado sítio histórico como patrimônio cultural as quais devem ser preservadas, responsáveis que são pela identidade do lugar.**

Foi no final do século XVIII que começou nascer à idéia contemporânea de Patrimônio, lançando as bases teóricas para o desenvolvimento da disciplina conservação e restauração de bens culturais, com a finalidade de preservar a herança artística e histórica dentro da dinâmica urbana sujeitas a constantes transformações.

No decorrer do século XIX encontramos as primeiras manifestações para a formação dos conceitos de preservação do

---

<sup>3</sup> Niemeyer, Oscar, 1907 – **As curvas do tempo** – Memórias / Oscar Niemeyer – Rio de Janeiro Revan, outubro 2000 – 7ª edição p. 59.

patrimônio histórico. Viollet Le Duc e John Ruskin foram pioneiros radicais. Camilo Boito (1836-1914) sistematizou e ordenou questões relativas à obra de restauro. Sua postura teórica formulada em Roma, em 1883, constituiu a base da escola moderna italiana de restauro norteando a diferenciação entre o velho e o novo.<sup>4</sup> Gustavo Giovannoni (1873-1947) contribuiu posteriormente, ampliando a visão do patrimônio para a abrangência do urbano, que veio a auxiliar na formulação da Carta Italiana de Restauro (1927) e da Carta de Atenas (1931).

Outros documentos internacionais como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Nairóbi (1976) foram fundamentais ao recomendar que **não se subestimem as necessidades da vida moderna**, e para estas deveriam voltar-se os princípios do restauro, além de reafirmar a relação do edifício com seu entorno. A carta de Petrópolis (1987) enfatiza a importância da participação e envolvimento da população para o sucesso das atividades de conservação, bem como questões relativas ao uso e sua adaptação ao edifício existente.<sup>5</sup>

No Brasil, foi a partir do movimento modernista que um grupo de intelectuais, em busca de nossas raízes culturais, começou a desenvolver a idéia de preservação do patrimônio nacional. A Bahia destaca-se com seu pioneirismo quando, em 1927, criou o primeiro serviço de patrimônio estadual.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1937, fundou e foi o primeiro diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto (IPHAN).

Contudo a preservação da cidade como setor urbano integral ainda era algo impensável, e até a década de 70 a política de preservação do patrimônio no Brasil passou por várias fases, inicialmente privilegiando a proteção e preservação de bens isolados.

Cabe ainda ressaltar que, quando da promulgação da nova Constituição em 1988, houve a preocupação da Assembléia

---

<sup>4</sup> Revista Projeto nº 104, p43– São Paulo – Arco.1992/1993/1994.

<sup>5</sup> Revista Projeto nº 104, p43– São Paulo – Arco.1992/1993/1994.

Nacional Constituinte em enfatizar claramente, a identificação do caráter dos bens que são conceituados como de natureza cultural.

A retomada do crescimento forçou a mudança de postura diante da nova realidade. Em 1992, o I Congresso Pan-Americano do Patrimônio da Arquitetura (Arquiamérica), realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, concluiu pela necessidade de se revisar o conceito de patrimônio para que este englobasse o meio ambiente, as estruturas urbanas e as diversas territorialidades (espaço natural e construído e a relação homem com seu hábitat).

Desde então, seja a nível federal, estadual ou municipal; a política da preservação do patrimônio cultural nacional vem percorrendo um caminho que integra as iniciativas públicas e particulares em favor de um progressivo movimento de educação e de conscientização das comunidades que apresentam uma grande variedade de expressões e de manifestações culturais peculiares aos diferentes grupos étnicos que formaram a sociedade brasileira.

Quando o bem a preservar é um monumento isolado – como uma Igreja, uma Casa de Câmara e Cadeia, etc – a população local, de uma maneira geral, aceita com facilidade o tombamento e suas limitações decorrentes. O mesmo não ocorre quando a intervenção abrange o perímetro de uma cidade, onde o importante é o conjunto. Como separar o objeto cultural da propriedade privada, considerando as demandas de transformação da cidade imbuída nas necessidades do cotidiano?

A cidade é ainda constituída não só de bens de natureza material mas também os de natureza imaterial, portadores da referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade, que constituem o patrimônio cultural, que todos nós temos o dever de valorizar, difundir e preservar.

Não é difícil constatar, hoje, os benefícios já alcançados pelas iniciativas de valorização e proteção do patrimônio material e imaterial, e que constituem o conjunto dos valores de uma comunidade. É preciso perceber os aspectos relativos às formas de expressão, aos modos de criar, fazer e viver, às criações artísticas, científicas, tecnológicas, dentre outros, de acordo com os

sentimentos e os seus significados, e que provêm quase sempre, dos estágios de desenvolvimento cultural e educacional de um grupo social, o patrimônio imaterial, que compõe juntamente com o patrimônio material o objeto a ser preservado.

### **Tombamento**

Torre do Tombo é o nome do arquivo central do Estado Português desde a Idade Média. Antiga casa onde se conservavam os livros das leis, escrituras públicas, contratos, tratados com as nações estrangeiras e outros papéis autênticos do Reino. Trata-se de uma das mais antigas instituições portuguesas ainda ativas. O seu nome decorre do fato do arquivo ter estado instalado desde cerca de 1378 até 1755 numa torre do Castelo de São Jorge, denominada Torre do Tombo (torre do arquivo) Não mais existe a Torre do Tombo, destruída no grande terremoto que atingiu Lisboa e que ameaçou de ruína a referida torre do castelo. Por tradição, *tombar* passou a significar o ato de arrolar, inventariar, listar e registrar. E *tombamento*, a operação material da inscrição de bem, móvel ou imóvel – com fins de preservação – no livro público respectivo<sup>6</sup>.

Sendo assim, Livro do Tombo e Tombamento provém do direito português, e por tradição, o legislador brasileiro conservou tais expressões na Lei de Tombamento, fundamentada no Decreto-lei Federal n. 25, de 30-11-1937.

Segundo a visão jurídica:

“A palavra tombamento pode ser tomada como fato ou como ato administrativo. Como fato, é a operação material de registro do bem no Livro do Tombo correspondente, como ato, é a restrição imposta pelo Estado ao direito de propriedade, com a finalidade de conservá-la em razão do valor artístico, paisagístico, arqueológico, etnográfico ou

---

<sup>6</sup> FRANÇA, R. Limongi (org). **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 74. p. 2 e 31

bibliográfico que representa para a coletividade, a fim de evitar o seu perecimento (...) podem ser tombados os bens públicos ou privados, móveis ou imóveis, obras de natureza ou do homem, preciosidade do passado ou do presente, se ligados a fatos memoráveis da história brasileira ou se portadores de um excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou paisagístico (...) outros existem que são intombáveis, porque estrangeiros ou por não se revestirem dos requisitos necessários para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional.”

Quanto à competência legislativa, “legislar sobre tombamento não é privativo da União, sobre a matéria legislam ou podem legislar, a União, os Estados-membros e os Municípios, além do Distrito Federal e dos Territórios.”<sup>7</sup> E por concretizar limitação à propriedade, estes devem estar previamente munidos de lei que disponha sobre a matéria.

O bem tombado deve ter seu registro ou assento do respectivo ato de tombamento “em livro especial, a cargo do oficial do Cartório Imobiliário, da situação de bem tombado e averbação (anotação acessória de atos ou fatos que elucidem), modifiquem ou restrinjam os registros em relação à coisa aos titulares de direto, à margem do registro da propriedade.”<sup>8</sup>

### **A legislação de tombamento em Pirenópolis**

Parte do patrimônio cultural da cidade de Pirenópolis foi alvo de processos de tombamento federal em períodos distintos.

Em três de julho de 1941 – um ano após a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – o processo nº. 240-T-41 regulamentou o tombamento federal da Igreja Nossa Senhora do Rosário e de todo o seu acervo, reconhecendo-a como obra de arte devido à sua monumentalidade, à riqueza de seus elementos artísticos e às técnicas construtivas em arquitetura de

---

<sup>7</sup> FRANÇA, R. Limongi (org). **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 74. p. 20.

<sup>8</sup> FRANÇA, R. Limongi (org). **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 74. p. 20.

terra, expressa pela taipa de pilão.

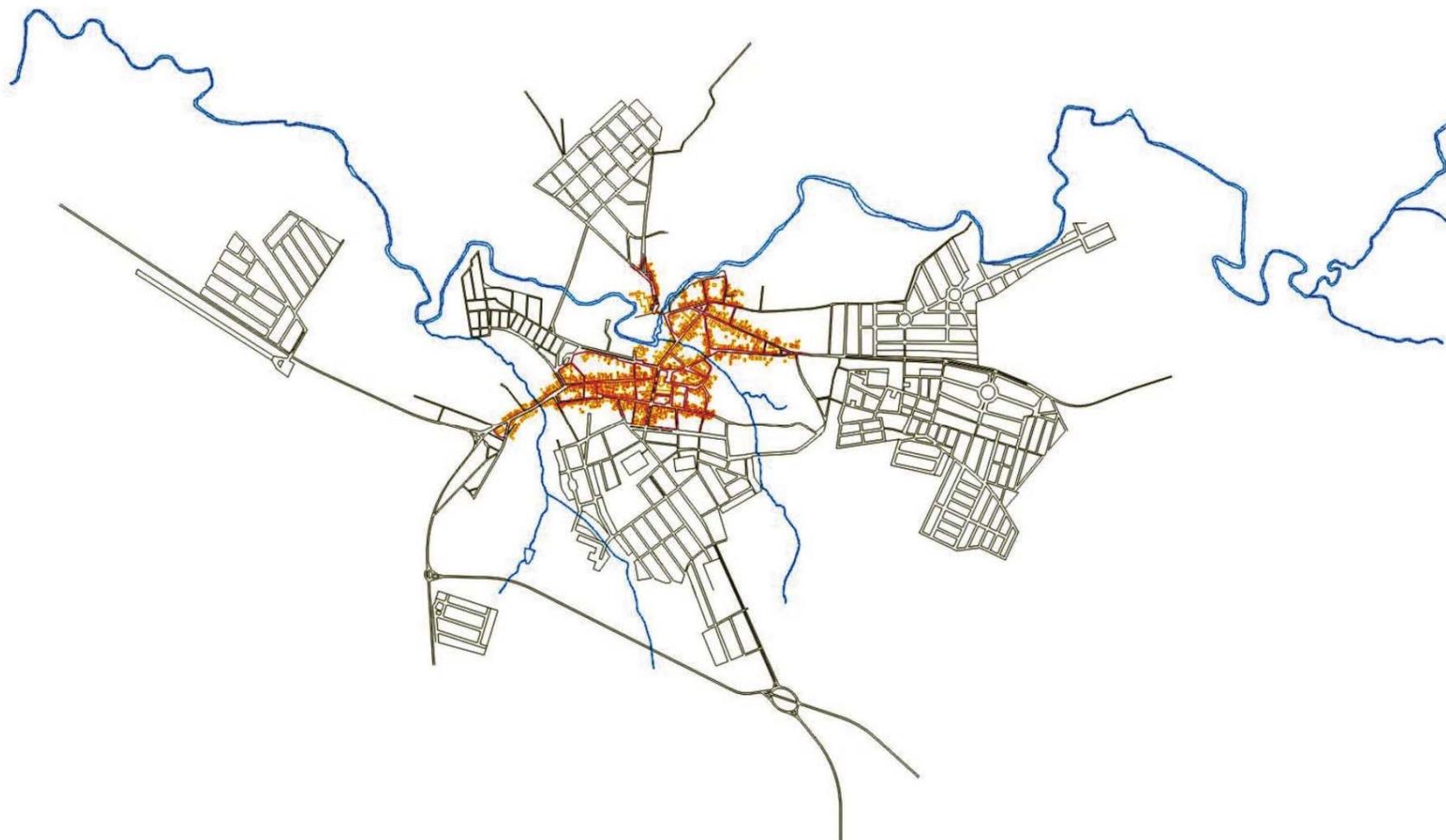
Em vinte e seis de abril de 1965, foi à vez da casa da fazenda Babilônia, antigo Engenho de São Joaquim, e suas dependências, sofrerem tombamento.

Em vinte e dois de novembro de 1989, o IPHAN regulamentou o tombamento dos 17 ha. do centro histórico de Pirenópolis. O chamado Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis foi inscrito no Livro do Tombo Histórico (VI.2, Inscr. 530, Proc. 1181-T-41) em 10/01/90. O perímetro da área preservada pode ser observado no mapa da Figura 1.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é o órgão do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial, tangível e não tangível, do país. Foi fundado em 1937, através de decreto do presidente Getúlio Vargas com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tendo como primeiro presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Está presente nos estados e municípios, através de vinte e uma Superintendências, seis Sub-regionais e vinte e sete Escritórios Técnicos espalhados pelo Brasil.

A cidade de Pirenópolis pertence à 14ª Superintendência Regional que compreende os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. São unidades vinculadas à 14ª Superintendência Regional: duas Sub-regionais (Mato Grosso e Tocantins); dois Escritórios Técnicos (Goiás e Pirenópolis); e uma Unidade Museológica (Museu das Bandeiras de Goiás).

A 14ª Superintendência Regional tem como responsabilidade zelar por seis conjuntos urbanos, quinze edificações isoladas e um objeto, em Goiás; um conjunto urbano, quatro edificações, uma ruína, e um bem registrado no Livro dos Saberes, em Mato Grosso; um conjunto urbano, em Tocantins; seis conjuntos urbanos, quinze edificações e um objeto. Patrimônio Mundial – Unesco: Centro Histórico da Cidade de Goiás (2001); além das Áreas Protegidas do Cerrado, Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas.



**Figura 1. Mapa da cidade em 2002, destacando em amarelo o perímetro tombado.**